



Diário Oficial do Poder Legislativo

3ª Sessão Legislativa
da 12ª Legislatura

ANO XLVII

RIO BRANCO - AC, 18 DE JUNHO DE 2009

N.º 3753

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

TAUMATURGO LIMA
1º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice-Presidente

ANTONIA SALES
2ª Vice-Presidenta

WALTER PRADO
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Ney Amorim

BPR - Moisés Diniz

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Mazinho Serafim

PP - Maria Antonia

DEM - Nogueira Lima

PSB - Delorgem Campos

PPS - Idalina Onofre

PMN - José Luis

PIN - José Carlos

PT do B - Gilberto Diniz

PSL - Luiz Calixto

Líder do Governo - Moisés Diniz

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Taumaturgo Lima, Francisco Viga,
Merla Albuquerque, Ney Amorim, Perpétua
de Sá

PPS - Idalina Onofre.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.

PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga,
Mazinho Serafim.

BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz,
Helder Paiva.

PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.

PMN - José Luis, Elson Santiago.

PP - Maria Antonia.

DEM - Nogueira Lima

PIN - José Carlos.

PT do B - Gilberto Diniz.

PSL - Luiz Calixto.

PR - Josemir Anute

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO N.105/2009
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso
de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Deputados Nogueira Lima, integrante do Partido dos Democratas – DEM, Gilberto Diniz, pertencente ao Partido Trabalhista do Brasil – PT do B, Perpétua de Sá, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, Helder Paiva e Josemir Anute, integrantes do Bloco Popular Republicano – BPR, Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, Elson Santiago e José Luis, integrantes do Partido da Mobilização Nacional – PMN, Idalina Onofre, pertencente ao Partido Popular Socialista – PPS e Delorgem Campos, da Bancada do Partido Socialista Brasileiro – PSB para, na cidade de Belém – PA, nos dias 27 a 30 de maio de 2009, participarem do XIII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a três diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 26 de maio de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Walter Prado
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N. 106/2009
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições
legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado Elson Santiago, integrante do Partido da Mobilização Nacional - PMN para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 5 a 7 de junho de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 4 de junho de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 107/2009
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Solónidas Nascimento Maia, Auxiliar Legislativo, CL "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14 para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 5 a 7 de junho de 2009, acompanhar o Segundo Secretário da Mesa Diretora deste Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 4 de junho de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 108/2009
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições
legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado Edvaldo Magalhães, integrante do Bloco Popular Republicano - BPR para, na cidade de São Paulo - SP, nos dias 5 a 7 de junho de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 5 de junho de 2009.

Deputado Helder Paiva
Presidente, em exercício

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 109/2009
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso
de suas atribuições e tendo em vista o disposto
na alínea "c", do inciso II do art. 12 do
Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, da Bancada do Bloco Popular Republicano – BPR, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros retroativos a 2 de março de 2009:

Maria Antonia Rodrigues Batista	SP-EG-16;
Maisa Naluy Melo de Macêdo	SP-EG-16;
Micheles Pereira dos Santos	SP-EG-10; e
Igor Ramon Pereira Gomes	SP-EG-10.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 8 de junho de 2009.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO


PORTARIA N. 185/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 702/2009, da Secretaria Executiva deste Poder,

concede à servidora **Arlete Carneiro Leitão**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 1º a 30 de junho de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 28 de maio de 2009.

Deputado **Taumaturgo Lima**
1º Secretário



Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 186/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 714/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor **Raimundo Monteiro Bonifácio**, Apoio Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NE-501, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **dois meses de Licença-Prêmio**, a contar de 1º de julho a 29 de agosto de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 3 de junho de 2009.

Deputado **Taumaturgo Lima**
1º Secretário

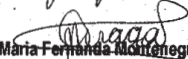

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 187/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 719/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Rocilda D'Ávila Sotero**, Apoio Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NE-501, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 3 de junho a 2 de julho de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 3 de junho de 2009.

Deputado **Taumaturgo Lima**
1º Secretário

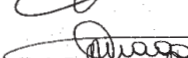

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 188/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 723/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Zilda Araújo Bezerra**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **trinta dias de Licença para tratamento de saúde**, a contar de 15 de maio a 13 de junho de 2009, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 4 de junho de 2009.

Deputado **Taumaturgo Lima**
1º Secretário

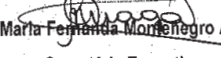

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 189/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 726/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Rachel Helena Mesquita de Farias**, Técnico Legislativo, CL "C", COD.PL-NM-301, Ref.18, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **dez dias de Licença para tratamento de saúde**, a contar de 20 a 29 de maio de 2009, nos termos do art. 107, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 4 de junho de 2009.

Deputado **Taumaturgo Lima**
1º Secretário


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

ATOS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

PORTARIA N. 214/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:
ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o nível de vencimento de **SP-EG-21** para **SP-EG-01**, do senhor **José Alfredo Vaz de Azevedo**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, junto ao gabinete do Deputado **Josemir Anute**, integrante do Bloco Popular Republicano - BPR, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros retroativos a 2 de março de 2009.


Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 27 de maio de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 215/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:
ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o nível de vencimento de **SP-EG-06** para **SP-EG-13**, da senhora **Francisca Faustina Muniz**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, junto ao gabinete do Deputado **Luiz Gonzaga**, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 4 de maio de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 27 de maio de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 216/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:
ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o nível de vencimento de **SP-EG-01** para **SP-EG-02**, da senhora **Pabla Alexandre P. da Silva**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, junto ao gabinete do Deputado **Taumaturgo Lima**, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 4 de maio de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 27 de maio de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIAN.217/2009

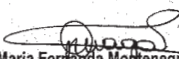
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o nível de vencimento de **SP-EG-26** para **SP-EG-27**, do senhor **Odálio de Oliveira Felix**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, junto ao gabinete do Deputado **Taumaturgo Lima**, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros retroativos a 2 de março de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 28 de maio de 2009.



Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIAN.218/2009


A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o nível de vencimento de **SP-EG-02** para **SP-EG-14**, do senhor **Doracy do Carmo Vale**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, junto ao gabinete do Deputado **Luiz Calixto**, integrante do Partido Social Liberal - PSL, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 4 de maio de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 28 de maio de 2009.



Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

5ª SESSÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 16 de junho de 2009
Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá, Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josenir Anute, do BPR; Donald Fernandes e Luiz Gonzaga, do PSDB; Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do PSB; Elson Santiago e José Luis, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN e Luiz Calixto, do PSL.

AUSENTES: Deputados Mazinho Serafim, do PSDB; Maria Antonia, do PP e Gilberto Diniz, do PT do B.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

A Sessão de hoje será destinada à comemoração do Dia Mundial de Combate à Violência à Pessoa Idosa, cuja data comemorativa foi dia 15 de junho.

Solicitamos às lideranças partidárias que introduzam os nossos convidados ao plenário da Casa. (PAUSA)

Bom dia a todos os presentes, devemos dizer que o plenário da Casa está mais bonito. A presente Sessão foi provocada a partir de um Requerimento do Deputado José Luis, o qual foi aprovado por unanimidade no plenário da Casa.

Gostaríamos de convidar a companheira Marizete Gonçalves de Melo, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; o companheiro Raimundo Dias, Presidente do Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência à Pessoa Idosa; o Dr. Israel da Cunha, vice-Presidente do Conselho Estadual do Idoso; amigo Elias Evangelista, Superintendente do INSS no nosso Estado, para fazerem parte da Mesa Diretora. Convidamos os presentes para, de pé, ouvirmos o Hino Acriano, o qual será cantado pela jovem Tatiana Matos. Nesta Casa onde a palavra é utilizada no cotidiano, tem Deputado e Deputada querendo tomar emprestado o fôlego e a voz da Tatiana. Parabéns.

Com a palavra o Deputado José Luis, autor do Requerimento.

Deputado JOSÉ LUIS (Líder do PMN) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria de cumprimentar a Senhora Marizete Gonçalves de Melo, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Sr. Raimundo Dias, Presidente do Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência à Pessoa Idosa; Sr. Israel da Cunha Neto, representante do Presidente do Conselho Estadual do Idoso, amigos da Imprensa, conselheiros e todos os convidados, esse é um trabalho de grande valor social, portanto fica aqui o meu apoio e total auxílio como Deputado e cidadão.

Hoje é um dia muito especial, porque trata não só do dia de combate à violência contra a pessoa idosa, mas também um momento para fazemos uma profunda reflexão dos grandes avanços que nossa sociedade, juntamente com os Poderes, vêm alcançando no combate a todo tipo de violência. É um bom dia para refletirmos a vida no seu passado, presente e futuro. Como disse o filósofo: “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém”. E é assim que início meu discurso. Talvez, um discurso velho para uns e jovem para outros. Mas o importante é saber que este Parlamento pode contribuir muito para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Sempre digo que juventude não é um estágio da vida humana, mas um estado de espírito. Conheço idosos jovens e jovens velhos. Existe essa diferença. E estou feliz, porque aqui vejo pessoas revigoradas, sôrias, sadias de espírito e de coração. Muito mais idosos do que velhas.

Todos estão de parabéns. Essa atitude leva este Parlamento a debater de maneira mais saudável as causas da terceira idade.

A grande verdade é que o Brasil ainda deve muito aos que, no passado, contribuíram para o nosso envolvimento. Aqui no Acre mesmo, estamos em débito com aqueles que desbravaram o que chamamos hoje de cidade.

Isso não é uma crítica político-partidária, mas uma crítica ao Estado e aos Governos que ao longo do tempo colocou em segundo plano a qualidade de vida dos idosos.

Essa falta de respeito fica clara quando olhamos os nossos edifícios, nossas vias públicas, nossos mobiliários urbanos não possibilitam a acessibilidade à pessoa idosa.

É claro que sobre a responsabilidade por essa omissão poucos de nós escapamos. Hora esperamos pela atuação dos governos, seja pela disponibilização de agentes, seja pela concessão de verbas públicas; hora nos afastamos das ações que estão sendo implementadas. Temos imensas dificuldades em unir esforços, visando à solução de problemas sociais em geral.

E não é sem razão que a nossa Constituição Federal garante a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental ao Estado Democrático de Direito. A Constituição Federal, em seu art. 230, expressamente dirigiu à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas e defender sua dignidade, garantindo-lhes o direito ao bem-estar e à vida.

O princípio da dignidade também se encontra previsto no Estatuto do Idoso, que em seu art. 10º dispõe que: “É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana de direitos civis, políticos, individuais e sociais”. O Estatuto do Idoso, todos sabemos, é ainda um recém-nascido na nossa história, implantado pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Portanto, apesar de muitos problemas e descasos, estamos avançando. E aqui, eu, Deputado José Luis, estabeleço um compromisso de garantir a força do meu mandato para auxiliar o Executivo a garantir melhorias à qualidade de vida dos idosos desta cidade.

Prova disso é que estou protocolando uma Indicação para a construção de uma Delegacia que ampare o Idoso, visando agilizar os procedimentos de violência contra a pessoa idosa.

Tomo essa atitude porque entendo que todas as ações voltadas para melhoria da vida do idoso são bem vindas, mas é especialmente em relação à violência que devemos dedicar especial atenção. E não é somente a violência física à pessoa idosa a que me refiro. Esta, evidentemente, é uma das mais repugnantes, mas também à violência moral, ao abandono familiar, ao desrespeito no atendimento pelos serviços públicos e particulares, à fraude em direitos e bens.

É um começo para mudarmos o contexto da sociedade com relação aos idosos. Precisamos mudar essa situação. Portanto, deixo aqui meu compromisso em ajudar no que for necessário para melhorar a qualidade de vida dos nossos idosos.

Para finalizar, eu gostaria de parabenizar todos os presentes e dizer que nascer é um acaso, viver é um risco, mas envelhecer é um privilégio. A Terra é uma grande escola, onde o Criador nos matriculou para que aprendamos a ser felizes. A grande maioria das pessoas que habita este Planeta não é completamente feliz. Somos todos caminheiros da estrada chamada evolução e, num momento ou noutro, vamos chegar a terceira idade felizes. Que façamos do declínio natural da vida, o melhor momento da existência humana.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra a Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, Senhora Marizete Gonçalves.

Senhora MARIZETE GONÇALVES (Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos) – Bom-dia a todos os presentes, e em nome do Deputado Edvaldo Magalhães, eu gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa.

Hoje, os temas velhice e envelhecimento estão em evidência e em efervescência no Brasil. E aos poucos está mudando o slogan que costumávamos usar: o Brasil é um País de jovens. Já podemos considerar que o Brasil está envelhecendo, pois a maioria da população está ficando de cabelos brancos. E os censos demográficos mostram isso.

O censo de 2002 realizado pelo IBGE contabilizou através de dados estatísticos quase quinze milhões de pessoas com mais de sessenta anos de idade. E a previsão é que em 2025, haverá um bilhão de pessoas idosas no Brasil. Conforme o censo de 2000, que foi o último censo que nós pesquisamos, hoje, existem 30.304 pessoas idosas no Acre; sendo 13.645 idosos em Rio Branco, representando 45% dessa estatística. Então, diante desse censo, eu pergunto: como é que vão viver às pessoas idosas daqui a alguns anos?

Afinal, o que é considerado violência contra os idosos e como ela ocorre? Existem vários os tipos de violência contra os idosos. E hoje, nesta Sessão, nesse plenário, nós estamos prosseguindo com a comemoração do Dia Mundial de Combate à Violência Contra Pessoas Idosas, que foi ontem, dia quinze.

Nós, enquanto Conselhos Municipal e Estadual de Idosos, estamos debatendo as questões referentes aos idosos com os líderes de idosos que nós acompanhamos no dia-a-dia, porque estamos preocupados com a qualidade de vida dos idosos, visto que há uma tendência ao segredo longo, já que a longevidade aumenta cada vez mais.

No nosso trabalho diário via conselho e via grupos de convivência, recebemos vários tipos de denúncias sobre a violência física, a psicológica, a sexual, a negligência, e o que é pior, a violência financeira, a discriminação por idade, a marginalização e a exclusão social. Eu gostaria de dizer que dentre esses tipos de violência citados, o que mais recebemos denúncia é em relação à violência intra-familiar, a qual é expressa através dos maus tratos, principalmente por aqueles familiares que cuidam dos idosos. Essa é a realidade vivenciada por quem está acompanhando o dia-a-dia das pessoas idosas.

Outro tipo de violência contra os idosos são os acidentes de trânsito. Por isso pedimos travessias mais seguras nas ruas e a conservação das mesmas, para garantir a segurança das pessoas idosas, a fim de evitar que elas se envolvam em acidentes de trânsito. Faz-se necessário também a sensibilização dos motoristas dos transportes públicos, os quais na maioria das vezes, quando o idoso está nas paradas de ônibus, saem aos solavancos e não aguardam que o idoso suba no ônibus com segurança.

Outro tipo de violência contra os idosos, que eu gostaria de citar para os Senhores que estão nos ouvindo, são as quedas. Então, as moradias deveriam ter apoio nos banheiros, tapetes antiderrapantes e melhor iluminação, não só nas casas, mas também nas vias públicas, pois isso evitaria muitas quedas fatais.

Os crimes mais comuns praticados contra os idosos estão no Estatuto do Idoso, nos artigos 95 a 108. E iremos citar alguns deles: recusar, retardar e omitir dados técnicos indispensáveis, requisitados pelo Ministério Público; apropriar-se ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer rendimento do idoso. Quanto a este, ainda na semana passada, recebemos uma denúncia, pois são muitos casos de pessoas da família que se apossam dos bens, dos cartões dos idosos e usam de maneira inadequada.

Temos aqui, os crimes mais comuns denunciados entre novembro de 2007 a novembro de 2008, cujos dados foram fornecidos pelo CIAPI (Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa). No período de 2007 a 2008, foram atendidos 2.176 casos de denúncias de maus tratos aos idosos. Em Rio Branco, foram 2.049 casos. Nós temos aqui uma distribuição. O Município de Senador Guimard foi o segundo mais denunciado. E o tipo de violência mais denunciado foi o abuso financeiro, com 953 casos. Totalizando 44% dessas denúncias.

Vários são os meios para garantir o respeito e o direito dos idosos, porém falta-lhes mais informação. O Estatuto do Idoso existe, mas infelizmente poucos têm conhecimento. Falta mais divulgação e mais orientação nos grupos, nas escolas, nas faculdades e através da Imprensa. Também precisamos divulgar mais, para que as pessoas idosas saibam, principalmente, às que moram nos bairros mais distantes e que têm que pegar ônibus, que há gratuidade no transporte coletivo, a partir de 65 anos. Nesse caso, como é que fica o idoso que tem sessenta anos.

Temos o disque denúncia através do CISPPI (Centro Integrado de Atenção e Prevenção a Pessoa Idosa). Então o idoso que estiver sofrendo

algum tipo de violência, pode procurar o CIAPI. Temos os Conselhos que têm o poder de fiscalizar, são eles: Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa; Núcleo de Atendimento do Ministério Público e Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública. Eu até citei aqui, que ainda não temos uma delegacia especializada no atendimento e proteção ao idoso. Então, como vamos garantir que os direitos dos idosos sejam respeitados?

Momentos como esse fazem um grande diferencial nessa luta em prol da garantia dos direitos e da melhoria da qualidade de vida dos idosos. Portanto precisamos implementar políticas públicas de prevenção e atenção à violência contra a pessoa idosa, que redefinam de forma positiva o lugar do idoso na sociedade, e que privilegiem o cuidado e a proteção dessas pessoas em suas famílias, nas instituições e nos espaços públicos e privados. Também quero dizer que é importante este momento para que a sociedade com um todo participe dos debates e decisões de questões relacionadas aos idosos e aos seus direitos.

Eu gostaria de encerrar com uma frase do sociólogo Marcelo Salgado em que ele diz: "Não é razoável que tantos esforços sejam feitos para prolongar a vida humana, se não forem dadas condições adequadas para se viver".

Muito obrigada!
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra o Presidente do Centro Integrado de Atenção e Prevenção a violência a Pessoas Idosas, Senhor Raimundo Dias.

Senhor RAIMUNDO DIAS (Presidente do Centro Integrado de Atenção e Prevenção a Violência a Pessoa Idosa) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de cumprimentar os convidados na pessoa da minha amiga Violeta; saúdo os membros da Mesa na pessoa do Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, eu fico consubstanciado diante da necessidade de se instalar em todos os Estados da Federação brasileira um centro de atendimento aos casos de violência contra o idoso.

Aqui no Acre, no final de 2007, através da Ong SAVI – Organização Social Amor e Vida, foi instalado um Centro Integrado de Atenção e Proteção a essas pessoas. Entretanto, nós imaginávamos que teríamos em torno de mil denúncias no primeiro ano de funcionamento, mas não foi bem assim que aconteceu. Em apenas cinco meses de funcionamento obtivemos esse resultado. E nós imaginávamos que com esse Centro a violência contra a pessoa idosa seria reduzida. Mas no relatório de encerramento de 2008, como a nossa companheira Marizete já mencionou, havíamos recebido 1.976 denúncias, sendo que destas 58% são de cunho financeiro, pois a família da pessoa idosa era que estava se apossando ou se apoderando do dinheiro ou dos seus bens. Isso não nos trouxe grandes surpresas, a não ser pelos dados em relação a apreensão física. Então, ao contrário do que nós pensávamos, apenas 5% das 2.170 eram casos de violência física.

Nós encontramos idosos desassistidos dentro das suas próprias famílias. Para vocês terem uma idéia, Deputado Edvaldo Magalhães, nobres Parlamentares que já estão de cabeça branca, que já passaram dos sessenta, que são considerados idosos e já podem usar suas carteirinhas, como os Deputados Nogueira Lima e Donald Fernandes e outros, que são meus contemporâneos, Deputado Walter Prado, que já preconizavam a garantia de direitos à pessoa idosa, como um dos fundamentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e que foi absorvida pela nossa Constituição Federal de 88, como princípio de direito fundamental, inquestionável, inadiável.

Esta Constituição preconizou diversos direitos sociais e dentre esses direitos ampara a pessoa idosa num princípio, chamado de prioridade absoluta juntamente com a criança e adolescente. Isso davá-nos a esperança de que, já que estava contemplado na Constituição tivesse o amparo efetivo através de políticas públicas, mas hoje estamos vendo que isso não é uma realidade.

Nós encontramos nesses grandes números de denúncias contra a pessoa idosa, denúncias contra o poder público das mais diversas ordens. Mas dentre elas tem umas que são incabíveis, ou melhor, insuportáveis, que fazem com que nós nos sintamos angustiados, como por exemplo, a falta de tratamento digno e adequado a pessoa idosa por parte do servidor público, que tem o dever de servir ao público e servir bem com informações precisas e corretas.

A Previdência é campeã na desinformação para os idosos e não é culpa dela, a culpa é do sistema que já se instalou neste país e que ninguém consegue mudar. Inclusive, recentemente a Previdência Social determinou que alguns dos seus gerentes, eu não sei se é assim que eles são chamados, fossem às instituições passar o dia. Nós recebemos a presença deles em duas instituições que participamos. Eles ficaram um dia para ver como funcionava as demandas. Isso seria um dos incentivos de melhoria na qualidade do atendimento no campo da humanização do atendimento. Mas

é muito difícil, porque o idoso vai ao Instituto uma vez, recebe a informação, que muitas vezes é repassada por estagiários que têm pouco conhecimento e nesse período de vai-vem e ele não consegue uma informação certa.

Precisamos estar atentos, como V. Exa. mesmo disse é necessário que o povo possa ser olhado, não como um objeto inadequado, principalmente a pessoa idosa, mas sim como um objeto de direito, de sujeito de direito e merecedor de atenção, de um atendimento de qualidade, principalmente pelos órgãos que os representa.

Outro ponto de descaso contra o idoso, inclusive, realizamos várias reuniões, refere-se ao sistema de transporte urbano, o qual não é adequado à pessoa idosa. Muitos são desrespeitados até nas pequenas coisas que lhes são asseguradas como o de ir e vir, gratuitamente. Mas, infelizmente, na prática isso não acontece. Portanto, precisamos ficar atentos a esse tipo de informação.

Com relação ao Sistema de Saúde por mais que haja investimentos na melhoria dos equipamentos, reformas nos hospitais e postos de saúde, falta humanização no atendimento. A afetividade na hora do atendimento seria a complementação dos serviços do próprio servidor. O próprio Hospital do Idoso que foi destinado para essa categoria não os atende condignamente. Inclusive, se o idoso não chegar na hora marcada aos postos de Saúde, ele não é mais atendido. Então, nós temos que mudar isso. O Dr. Donald é uma pessoa atenta a essa situação, isso é desrespeitar os Direitos Humanos.

Quanto ao índice de violência à pessoa idosa era para nós festejarmos por termos um número bem abaixo, pois foram somente 15 denúncias. Então, esse resultado é para ser comemorado e mostra o quanto as campanhas são positivas. Portanto, contamos com a ajuda dos Senhores Parlamentares, através das informações que os mesmos estão recebendo neste momento e que também estarão disponibilizadas na Internet, nas páginas do Observatório Nacional do Idoso: www.observatorionacionaldoiboso.gov.br. Lá estarão todos os dados onde os Senhores poderão nos ajudar.

A Imprensa é um meio de grande importância na divulgação dessa campanha de combate à violência ao idoso. Mas, sabemos que há necessidade de criarmos um grande movimento de conscientização das famílias para o respeito a pessoa idosa porque 80% dos casos de violência está dentro de casa e a causa principal diz respeito ao aspecto financeiro. Porque na hora da mediação do conflito entre filhos, noras e genros, a pessoa idosa está com a psicóloga. Nós estamos ali reunidos com advogados, assistentes sociais e familiares discutindo, mas em momento nenhum o familiar cita o cuidar do idoso, eles discutem o cuidar dos bens do idoso, o dinheiro dele, porque acham que o idoso não precisa de nada, então, eles querem é administrar os bens que chegam a um valor de treze a quinze mil reais e muitos deles não têm plano de saúde e nem dinheiro para comprar o seu remédio.

A família se acha no direito de dizer que idoso é velho e que este não tem mais direito algum. Temos que dar um basta nisso, pois é um direito humano fundamental à vida e a dignidade. Nós precisamos fazer com que as famílias entendam de uma vez por todas que a Constituição nos garante, que enquanto respirarmos e pudermos discernir e expressar nossa vontade, nós mandamos na nossa vida. Nós somos senhores da nossa vida. Ninguém pode tirar de nós o direito de viver por conta própria. De decidir da nossa vida. E nós precisamos mudar isso, mas não conseguimos fazer isso sozinho precisamos da ajuda dos representantes do povo, como os Senhores Deputados, Vereadores, Governadores e da Imprensa, para nos unirmos nessa campanha e juntos encontrarmos condições de mudar essa realidade.

O Centro de Defesa do Idoso, o CEAP, está atuando preliminarmente em Rio Branco e municípios adjacentes, mas carece de recursos humanos e financeiros para expandir seus trabalhos no resto do Estado. Inclusive, quando estivemos no Juruá, visitando a cidade de Tarauacá, Reijó e Cruzeiro do Sul, encontramos indícios de que lá a violência não é diferente daqui e que precisamos estender esses trabalhos, porém não temos equipe para isso. Temos apenas uma advogada e alguns estagiários de direito, uma assistente social, uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional, alguns abnegados trabalhadores que estão ali, mas nós não temos como avançar para o resto do Estado e precisamos dar continuidade, porque a violência contra a pessoa idosa acontece em todo o Acre. Portanto, eu não quero aqui falar em outras situações da pessoa idosa, mas sim da violência mais preliminar, que é a dos direitos humanos. Sendo assim, nós queremos contar com a ajuda do Presidente desta Casa e dos Senhores Deputados para que nós possamos ver um porto seguro, um ponto de apoio nesta Assembleia através dos representantes do povo.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra o representante do Presidente do Conselho Estadual do Idoso, Senhor Israel Cunha.

Senhor ISMAEL CUNHA (Presidente do Conselho Estadual do Idoso) – Bom dia a todos, Senhor Presidente da Mesa, companheiro

Deputado Edvaldo Magalhães, que foi muito complacente em nos passar a palavra, algo que não estava previsto.

Inicialmente saudamos a Mesa e todas as Deputadas e Deputados, os nossos companheiros Presidentes dos Conselhos, idosos e a todos que estão participando deste ato solene.

Estávamos atentamente ouvindo as palavras daqueles que nos antecederam e achamos inócuo falar sobre a violência contra a pessoa idosa porque já foi um assunto verdadeiramente dissecado aqui neste plenário, então por iniciativa própria, achamos por bem falar sobre os conselhos criados para dar suporte a essas pessoas como também falar de seus conselheiros, porque muitas vezes nem os próprios conselheiros sabem das suas atribuições, é tanto que nós estamos prevenindo, ainda para este ano como meta na nossa administração, um preparo técnico para eles.

É necessário ressaltar que com o advento da Constituição de 1988 a participação das comunidades na administração foi fundamental. E nessa luta foram assegurados, por diversas leis, dois tipos de participação das comunidades que são os conselhos e as conferências. No nosso caso os Conselhos dos Idosos, tanto estadual, municipal como federal, possuem uma legislação própria, nós não estamos aqui como quem faz de conta. Esses conselhos são órgãos colegiados compostos por representantes dos idosos, do Governo, dos prestadores de serviços e dos profissionais das várias áreas de atuação. Então, o Conselho Estadual do Idoso, por exemplo, tem a participação de vinte conselheiros, sendo dez governamentais e dez não-governamentais. Eu, por exemplo, represento o Conselho em nome da Ordem dos Advogados do Brasil. E outros representam em nome de suas entidades. Isso é muito bom que se diga porque é um conselho paritário, ele não representa o Governo, nem representa entidades privativas de classes.

Os Conselhos têm, conforme está previsto na própria lei, caráter permanente. Com reuniões ordinárias mensais e extraordinárias quando necessárias. E nossas reuniões são deliberativas, e é bom fazermos um esclarecimento: os Conselheiros não têm poder de polícia, não é Deputado W alter Prado? Nós não temos poder de polícia e nem temos poderes para resolver problemas individuais dos idosos.

Numa ocasião fomos solicitados para resolver um caso num bairro: um idoso, quando era chamado pelo apelido, se transformava numa fera e criava alguns transtornos problemas sociais e até de polícia. Então, não sou eu, Presidente do Conselho e nem o vice que saíram às ruas resolvendo os problemas do idoso, por isso que o nosso conselho é paritário. Então esses problemas quando chegam a nós, os levamos às autoridades competentes. No caso desse senhor, por exemplo, fomos à delegacia e resolvemos como um caso de polícia, mas essa não é a atitude correta. O conselho recebe essas denúncias que são encaminhadas à Presidência, a qual havia às autoridades constituídas.

Eu gostaria também de fazer uma observação. Vocês aí estão nos vendo, esse menino de 64 anos, somos idoso perante a Lei, usamos todos os direitos que ela nos garante. Portanto, somos um barraqueiro quando desobedeçom a Lei do Idoso. Não foi uma nem duas vezes que fizemos barzaco no Banco do Brasil e em outros lugares porque ninguém é respeitado. Nós somos verdadeiramente uma classe e eu gostaria de pedir a esse Poder Legislativo que dedicasse um pouquinho mais da força que os Senhores têm como legisladores do nosso Estado e se atissem um pouco mais, através de seus assessores, sobre a Legislação que rege o idoso.

Nós precisamos não só aproveitar um dia como hoje para colocar o idoso em primeiro lugar. Precisamos dos Senhores como legisladores além de nossas legislações específicas. Vimos aqui, por exemplo, o Deputado José Luis dizer que pretende criar uma delegacia especial para o idoso. Concordamos plenamente com isso. Mas o ideal seria uma legislação estadual, além da federal e do Conselho do Idoso e que nas delegacias o idoso também tivesse prioridade e um atendimento independente. Corre o risco, Deputado, de se criar uma delegacia e o idoso chegar em outra delegacia e não ser atendido e ainda ouvir o delegado dizer que existe uma delegacia especializada para ele. Então, isso não pode acontecer. Nós temos que ter uma legislação até certo ponto dura, para que a autoridade ao receber um caso, sem fazer crítica a ninguém, encaminhe o problema à delegacia ou hospital, independente de qual seja o problema. É preciso que tenha uma legislação que nos ampare, não estão nos fazendo favor, é uma obrigação. Até por formação, como amazônidas, principalmente nós que somos filhos a netos de cearense. Muitos desses idosos vieram para o Acre em 1942, como soldados da borracha. É difícil uma pessoa aqui que não seja filho ou neto de cearense, pernambucano ou paraibano. Nós temos que dar a esse povo o legado que ele merece.

Gostaríamos de fazer três observações: a primeira, o Conselho do Idoso, Federal, Estadual e Municipal é um instrumento de interesse do idoso; e a segunda, é que os Conselhos dos Idosos representam uma forma nova de implementar políticas públicas e o terceiro é que os Conselhos são instrumentos de construção da própria Democracia em nosso País. Já estamos aqui com o bilheteiro de tempo esgotado, então, gostaríamos de agradecer ao Presidente, aos meus amigos conselheiros que aqui

compareceram ao nosso Presidente, aos idosos e Deputados que abriram essa grande fenda, para que nós aqui pudéssemos expor algumas necessidades do idoso.

Parabéns a todos os idosos e a Casa pela iniciativa.
Obrigado.
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra a Senhora Violeta Pereira Opipara.

Senhora VIOLETA PEREIRA OPIPARA – Senhor Presidente Edvaldo Magalhães e demais Deputados, Conselheiros, meus companheiros, eu me chamo Violeta Pereira Opipara, tenho oitenta e sete anos, sou mineira e moro em Rio Branco há dez anos, durante esse mesmo tempo faço parte do grupo de idosos do SESC, do qual a Marizete é Coordenadora. É em nome desses idosos que venho pleitear, Senhores Deputados, várias coisas no que diz à violência contra a pessoa idosa que acontece em todos os países e representa um problema de saúde pública e de Justiça, o qual deve ser olhado com muita atenção e seriedade pelos poderes públicos.

Silenciosa, a violência ocorre na maior parte das vezes, dentro de casa, assim como a negligência, intolerância, discriminação, desqualificação da velhice, privação de liberdade, lesões, privação ou retenção de renda, abandono e violência sexual.

A violência que cresce no meio familiar é bastante complexa e delicada, é extremamente difícil penetrar no silêncio das famílias dos idosos violentados. A insegurança, o medo de represálias, oriundos dos conflitos de parentesco da proximidade, do afeto, do amor, do instinto de proteção em defesa do agressor são justificativas encontradas para a omissão dos violentados por familiares. Razão da urgência de uma campanha de conscientização do Estatuto do Idoso.

Necessitamos da implantação de uma casa de apoio e da capacitação de profissionais para lidar com os problemas do idoso. É necessário que estes profissionais tenham ética, respeito, paciência, dedicação e amor à atividade a que se propõe.

O idoso sentindo-se desprotegido e inseguro, envergonhado pela sua fragilidade, não presta queixa formal contra seus agressores. Por isso há uma certa urgência na criação de uma delegacia especializada para atendimento e proteção ao idoso. Dessa forma serão restituídos o respeito e a dignidade e a lei será cumprida.

Hoje, os idosos ainda enfrentam problemas na prestação de serviços essenciais, como o acesso aos meios de transportes públicos que se encontram inadequados; a qualidade de atendimento nos hospitais. O sistema público de saúde oferece poucos especialistas para atender o idoso. Em geral, eles são medicados por um clínico geral que não é especialista no atendimento deste público, isso dificulta muito o tratamento.

O idoso é um indivíduo que merece respeito por cumprir com sua obrigação de cidadão e por ter contribuída na construção do nosso País e para a formação de novos cidadãos.

Em nome dos idosos, peço atenção às autoridades públicas e dos Senhores legisladores, para agirem em favor do idoso, com ações concretas e efetivas, para que no declínio da vida os Senhores e seus familiares não passem pelas mesmas dificuldades, privações, desrespeito, violência, abandono, discriminação e o descrédito que sofrem hoje as pessoas idosas, pois o aumento da expectativa de vida proveniente do envelhecimento populacional se fará presente em todos os lares.

Reivindicamos, com urgência, uma delegacia especializada para atendimento e proteção ao idoso; uma casa de apoio com profissionais especializados e capacitados que atendam àqueles que não têm meios para se tratar e que buscam soluções jurídicas; capacitação de profissionais que dispensem carinho, paciência e o respeito que todos merecem.

Agradeço a paciência com que me ouviram e com certeza de que seremos atendidos.

Bem – Aventurança dos Idosos

- Bem-aventurados aqueles que compreendem meus passos vacilantes e minhas mãos trêmulas;
- Bem-aventurados aqueles que levam em conta que meus ouvidos tem que se esforçar para captar o que dizem;
- Bem-aventurados os que percebem que meus olhos já estão nublados e minhas reações são lentas;
- Bem-aventurados o que desviam o olhar, simulando não ver o café que por vezes derramo sobre a mesa;
- Bem-aventurados os que com afável sorriso me contentam, concedendo-me alguns momentos para falar-me de coisas sem importância;
- Bem-aventurados o que nunca me dizem: “Já me contou isso tantas vezes”;
- Bem-aventurados os que sabem dirigir a conversa e as recordações para as coisas dos tempos passados;
- Bem-aventurados os que me fazem sentir que sou amado e não estou abandonado;

- Bem-aventurados os que me compreendem quanto me custou encontrar forças para carregar a minha cruz;
- Bem-aventurados os que me facilitam a passagem final para a Pátria com amabilidade e boas maneiras. Amém!

Obrigada.
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Com a palavra o Deputado Donald Fernandes.

Deputado DONALD FERNANDES (PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom dia Dona Marizete Gonçalves, Presidenta do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa, inclusive você é muito jovem, mas está defendendo o idoso, coisa bastante difícil aqui nesta terra; Raimundo Dias, meu amigo, Presidente do Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência à Pessoa Idosa; Doutor Israel, também meu amigo; Doutor Elias Evangelista e a todos nós idosos. Falo todos porque eu tenho 65 anos e estou lúcido, graças a Deus. Estou andando, alegre, feliz, danço, faço tudo.

Quero que todas as pessoas idosas deste Brasil, sobretudo do Acre, tenham a mesma disposição e alegria para o trabalho como eu tenho. Eu acho que o idoso merece isso, mas eu não quero encher essa fala de muitas leis, porque elas são enfadonhas, elas são criadas por uma necessidade, mas nós deveríamos encher esse ambiente de música, podíamos estar dançando aqui, pois precisamos de exercícios, de alegria. Vendo-os dançarem ali me deu vontade de participar, mas fiquei com vergonha e a dança é tão boa para nós.

Quando cessam os hormônios masculino e feminino, nós começamos a envelhecer e vão aparecendo os sinais do climatério, das dificuldades, as mulheres, por exemplo, vão tendo problemas na pele, a boca fica seca, a vagina fica irritada, ardendo pela falta de lubrificação natural, os ossos e a cabeça bem, principalmente pela falta dos hormônios cerebrais; a mulher sente tristeza, sonolência e desânimo.

Imaginem vocês uma vida inteira de dificuldades, pois não é fácil viver aqui e envelhecer com todos esses sinais sem uma atenção especial é quase uma dívida de Deus. A sobrevivência de uma mulher, que era de 50 anos, agora já está 68, 70. No homem é de 74 anos de vida.

Antes, não havia médico que atendesse às mulheres no seu climatério, elas entravam na menopausa com 50 anos e morriam com 54, 55 anos. Para que médico para atender esses quatro anos? O médico não ia nem ganhar dinheiro, não tinha nem médico que tratasse do climatério, mas a medicina foi evoluindo e a sobrevivência da mulher foi aumentando. Ela hoje vive 70 anos. E o que vamos fazer com essa mulher que tem um climatério com 50 anos e vai viver até os 70? Nada. Ela vai viver infeliz o tempo todo? Com dor nos ossos, com a pele e a boca secas, vagina ardendo, sonolenta, sem fome, sem apetite, sem desejo de viver? Meu Deus, não pode! E a medicina foi se voltando para essa faixa da população e criando muitas condições de melhorias para elas.

A mulher quando está na menopausa até o cabelo fica velho. Coitada ela fica com vergonha. O homem não, ele fica chamoso. A mulher fica feia, barriguda. O homem é bem sucedido na vida. Então há uma diferença entre os sexos, e têm muitas outras que eu não posso falar aqui, que fazem nossas mulheres se sentirem pequenas e inibidas. Nada pessoal, vamos para as ruas andar, passear, fazer a dieta natural, ginástica; se eu fosse prefeito desta cidade multiplicaria os bailes, porque o exercício físico e a alegria são componentes para melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Dos homens não vou falar muito, porque tem um tal de um Viagra que os deixou mais animados, antes era todo mundo quieto, agora eles estão mais felizes, porque aquela dificuldade que eles tinham foi superada.

Espero que essas políticas que foram questionadas aqui e que se tem em mente, sejam concretizadas na prática, para que vocês possam ser amparadas; a violência que ela citou aqui e que eu anotei algumas como a física, a psicológica, a sexual, a econômica, a de idade, nada disso eu quero me referir, quero me referir à violência intrafamiliar, que é uma consequência da má educação. “Colhem o que plantam, porque quem cria bem os seus filhos, terá uma família onde os velhos são estimados”. É preciso que os pais dialoguem com os filhos, mantenham disciplina e evitem a entrada do álcool em seus lares, mas sem serem ditadores. Assim vamos criar uma casa dinâmica, forte, viva, onde cada um tem a sua função. Em famílias boas, os adultos, os idosos, são muitos queridos e amados.

Precisamos fazer com que essa política se estenda àqueles mais difíceis de serem atingidos por uma política pública, para que eles possam zelar pelos seus filhos, pois precisamos ter momentos de muita convivência, alegria de muita espiritualidade. É necessário estabelecer a disciplina na sua casa, não tão permissiva, nem tão violenta, nem tão autoritária, as coisas devem ser bem distribuídas. Que a espiritualidade seja uma constante em nossas famílias.

Não sejam permissivas tanto para as drogas, sobretudo as legais. Eu vejo pessoas que quando a criança nasce chama os vizinhos e parentes para comemorar o nascimento do filho e o miço da criança é bebida alcoólica, não podemos fazer isso. Precisamos evitar o álcool em nossa casa, pois do contrário, vamos ter uma família ligada ao desamor a falta de diálogo e de convivência. Temos que fazer com que as coisas possam acontecer nas mesmas condições, para que todos tenham uma família dinâmica.

Hoje fui pego de surpresa aqui, infelizmente poderia ter falado muitas coisas, não quero cansar vocês, mas quero encerrar dizendo que participo da ideia de um músico brasileiro chamado Nelson Cavaquinho, que dizia assim:

“Me dê as flores em vida,
O carinho, a mão amiga,
Para alimentar os meus ais,
E depois, quando eu me chamar saudade,
Não precisa de vaidade,
Eu quero precos e nada mais”.
Obrigado.
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) - Com a palavra o Deputado Taumaturgo Lima.

Deputado TAUMATURGO LIMA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Marizete Gonçalves de Melo, Presidenta do Conselho Municipal; Raimundo Dias, Presidente do Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência a Pessoa Idosa; Doutor Israel Cunha Neto, Presidente do Conselho Estadual do Idoso; Senhor Elias Evangelista, Superintendente do INSS/AC; Imprensa, Senhoras e Senhores no Salão do Povo, nossos idosos e jovens, quero agradecer aos meus colegas que nos deram a missão de fazer essas duas falas e para mim é um privilégio poder falar nesta Sessão Solene.

Primeiro, porque chegar aos setenta, oitenta, cem anos de idade é uma caminhada árdua e difícil, mas que apesar das dificuldades enfrentadas todos nós queremos chegar lá e eu me sinto privilegiado em estar falando hoje, nesta solenidade porque eu convivo com o meu pai que dia 30 de junho completará 87 anos e minha mãe tem 82 anos. Temos uma convivência maravilhosa e digo que são idosos felizes e saudáveis.

Chegar nessa fase da vida é um privilégio que muitos não conseguem alcançar. Mesmo com dificuldades a velhice é uma fase de muitas descobertas e alegrias. Agradeço a Deus por conviver com meus pais e meus irmãos, sei das dificuldades que os idosos enfrentam hoje, mas acredito em um mundo mais justo para todos.

Sabemos das dificuldades que não só os idosos como os jovens, os deficientes enfrentam diante de determinadas políticas públicas. E nós trabalhamos dia-a-dia para mudar essas políticas para que as pessoas e a sociedade tenham uma vida melhor de acordo com sua idade e suas dificuldades.

O Estado é responsável pelo desenvolvimento e execução de uma Política de Segurança capaz de conter a escalada de violência crescente e sem parâmetros. Em primeiro plano, intervém através de uma política criminal de Direito Penal mínimo, garantindo assim os direitos conquistados. Em alguns momentos a intervenção máxima é absolutamente necessária como instrumento de retomada do controle de situações críticas através de leis emergenciais e especiais.

Alguns grupos sociais foram protegidos por leis especiais e tidos como prioridade social, é o caso da criança e do adolescente, da mulher, dos gêneros e raças e do idoso.

Por certo, o referido ordenamento carece, ainda hoje, de uma implementação adequada, realista e executável. Deve-se, neste momento, a sociedade civil e o poder público municipal exercerem o dever de auxiliar o Estado na execução dessas políticas, através de parcerias e programas sociais conjuntos.

Pretensiosamente, podemos focar a delicada situação do nosso idoso, com intuito de resgatar-lhe o direito à vida e à dignidade, protegido pela Lei Federal nº 10.741, de 1 de outubro de 2003.

Muitas vezes marginalizados, renegados ao esquecimento e rebaixados a cidadãos de segunda categoria, os idosos são vítimas frequentes de discriminação e de uma política social ineficaz e não são reconhecidos pelo Estado, pela sociedade e familiares. Assumem, muitas vezes, por conveniência, a falsa importância familiar quando o seu provento, aposentadoria ou pensão são essenciais para a sobrevivência de seus familiares. Mesmo assim é levado à mungua e até abandonado em condições desumanas.

Devemos recuperar sua importância e autoestima, deixando de procrastinar mudanças e medidas tangíveis, assumindo-os social e culturalmente, com postura e atitude adequadas.

Aprendemos com a história e através dos grandes filósofos, lições maravilhosas de democracia, civilidade e socialização. Entretanto, teimamos demagogicamente quando deixamos de ouvir os nossos idosos, desprezando a sua experiência de vida, profissional e sabedoria quase secular, baseada em dados, informações e conhecimentos.

Portanto, meus amigos e amigas quero agradecer mais uma vez por ter tido esse privilégio de falar aqui diante de todos e quero parabenizar o nosso companheiro José Luis, pela brilhante idéia de trazer os idosos a esta Casa e este Poder está sempre à disposição para discussões em todos os seguimentos da sociedade. E com os idosos não poderia ser diferente. Quero agradecer também o Presidente Edvaldo Magalhães, pela realização da Sessão Solene e dizer que esta Casa, hoje, conheceu pessoas mais experientes. Vocês trouxeram para nós a sabedoria, a experiência e a alegria das pessoas que chegam nessa idade. Parabéns a todos vocês e espero também que eu tenha a oportunidade e o privilégio de um dia chegar aos 100, 150 anos.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Convidamos os integrantes do Coral da Melhor Idade do SESC, os quais farão uma interpretação da música Chalana. (PAUSA)

Muito obrigada ao Coral pela disposição em animar nossas almas.

Agradecemos o esforço e a presença de cada um que se dirigiu até nossa Assembleia para nos proporcionar esse momento. Às vezes, essa é uma Casa onde todo mundo, literalmente, põe o bedelho. E é para ser assim. E os que fazem isso acham que as Sessões Solenes são uma perda de tempo, mas damos uma pausa nos nossos embates e debates do cotidiano, que temos quatro anos para fazê-los, é fundamental. Aqui foram ditas muitas coisas importantes, expostos problemas que nos ajudam a refletir. Ficamos com as palavras da jovem Violeta Oipara que disse que as palavras passam, vão ao vento e que é preciso que tenhamos atitudes. Está registrado aqui a longa pauta de reivindicações que a Senhora trouxe em nome de todos.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presença Sessão Solene e convocamos uma Ordinária para dia e hora regimental.

45ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 17 de junho de 2009

Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá, Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do BPR; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB;Antonia Sales e Chagas Rorão, do PMDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do PSB; Elson Santiago e José Luis, do PMN; Idalina Grofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Calixto, do PSL.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

Indicação n. 60/2009 , acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado José Carlos, solicitando que seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que tome providências no sentido de criar minipatrulhas mecanizadas, constituídas de uma caçamba, um trator de esteira e uma retro-escavadeira, com a finalidade de realizar a manutenção de pontos críticos do tráfego rural e abrandar os rigores do inverno amazônico para os produtores rurais do Estado do Acre;

Indicação n. 61/2009 , acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Perpétua de Sá, solicitando que seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, Arnóbio Marques de Almeida Júnior , a fim de que seja feita a aquisição de um marógrafo, para o Hospital do Juná;

Indicação n. 62/2009 , acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Walter Prado, encaminhando o Anteprojeto de Lei que

“Concede desconto anual do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA”.

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vou usar cinco minutos do Pequeno Expediente para repudiar e criticar um Projeto de Lei do Senador tucano Arthur Virgílio (PSDM-AM), que já foi inclusive, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, unificando o fuso horário em todo Brasil.

O Senador Arthur Virgílio está equivocado ao defender tal projeto e, assim como o Senador Tião Viana, irá pagar um preço político caro se alterar o fuso horário brasileiro sem consultar a sociedade. Os Senadores Arthur Virgílio e Tião Viana deveriam conhecer um pouco da nossa geografia para não apresentar um projeto estapafúrdio desta natureza. Só pensam em Banco, não pensam nas nossas condições relacionadas aos meridianos. Aqui amanhece mais cedo e anoitece mais tarde. O Senador Arthur Virgílio seguiu os passos perdidos e a escola do Senador Tião Viana. “Jogou uma bola fora”. Somos contra a mudança de horário neste Estado sem que o povo acreiano seja consultado. Se o Senador entendesse de geografia saberia que os Estados Unidos têm seis fusos e o Canadá oito e nunca reclamaram em razão dessas diferenças de horário. Esses Senadores não pensam na tradição do povo amazônica, nos seringais, nas crianças que terão que ir para as escolas ainda no escuro. E o Governo só mudou o horário escolar porque foi pressionado.

Lá em Tarauacá as crianças caminhavam às 6h30min numa tremenda escuridão. Portanto, Deputados Donald Fernandes, Mazinho Serafim, Nogueira Lima, Antonia Sales e Idalina Onofre, vamos elaborar um documento repudiando a mudança de horário, se quiserem mudar o horário do nosso Estado que mude, mas com a alternativa de que consultem a população para ter sua anuência, porque isso é um abuso, não é uma lei qualquer que se aprova sem que o povo tenha conhecimento, mas uma lei que muda a rotina, a história e a nossa tradição.

O povo tem o direito de ser consultado através de referendo. Há coisas mais importantes para se fazer nesse País, principalmente agora que o Senado enfrenta a crise do ato secreto. Enquanto isso os Senadores Tião Viana e Arthur Virgílio, secretamente, propõem uma medida antipática, indevida, imprópria e nós vamos, na medida do possível, levar a nossa insatisfação ao Senado Federal. Vamos fazer um documento e pedir, desde já, a solidariedade de todos os Parlamentares e movimentos sociais, porque nós não vamos aceitar calados esta modificação.

(Sem revisão do orador)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros no Salão do Povo, companheiros da Imprensa, a cada dia eu me sinto mais realizado em ser político no meu Estado, principalmente pelas posições que tenho tomado aqui na Assembleia e no meio político em geral.

Todas as vezes que vimos a esta tribuna temos como objetivo fiscalizar os atos do Governo, eu não digo fazer denúncia, porque nós estamos aqui para fiscalizar o Governo e as organizações que tomam conta do nosso Estado. Eu fico feliz, quando vejo minhas colocações serem veiculadas pela mídia, que é dominada pela Frente Popular e pelo Governo do PT, mesmo que passe um ou dois meses, mas chega um momento em que ela não tem como não publicar.

Todos os dias, ficamos sabendo, por meio da Imprensa, de fatos relacionados à prisão do Major Rocha. Se fomos olhar pelo ângulo da hierarquia e da disciplina, é beleza. Tudo bem, eu sou militar e sei que de repente, pode-se cometer uma indisciplina através de uma ação ou por uma palavra dita, porque o Regimento da Polícia Militar é igual ao do Exército. Então, ele é muito rígido, Deputado Donald. Mas em qual situação prenderam o Major Rocha? Uma situação de defesa na corporação, porque a corporação perdeu o comando, perdeu a sua dignidade perdeu a vontade de existir nas pessoas que estão lá dentro.

No dia que eu perder a vontade de estar no Parlamento, eu saio daqui, porque eu não vou ser aceito na sociedade e não vou ter mais voto; mas lá é diferente, o “cara” vai ficar tranquilo, recebendo o salário e vai deixar o barco correr. E quem vai pagar é a população, caso o Governo do Estado do Acre continue mantendo no comando uma pessoa irresponsável.

Deputado Walter, terça-feira, passada, V.Ex.ª esteve aqui defendendo o Comandante, uma pessoa irresponsável, porque na semana anterior, eu havia dito aqui que o Major Paladino, não tinha sido promovido, porque ele não merecia. O Governador fez um manifesto contra o Comandante, criticando-o de todas as maneiras. E o Governador foi punido? O caso dele foi três vezes pior do que o do Major Rocha, e ele foi punido? Não, porque ele tem uma parte do Comandante com sete itens, dizendo que o Comandante tinha cometido indisciplina, mas não foi punido. Não

tem nenhuma sindicância e nada está sendo feito para punir o Major Paladino, e agora, ele foi beneficiado. Portanto, procure saber na Polícia Militar quem é o Major Paladino.

Ele mandou um documento para cá, eu não sei se chegou, porque ainda não chegou em minhas mãos, repudiando meu discurso na Assembleia, por ele ter sido aquinhado com o comando do 5º Batalhão. Isso é brincadeira! O “cara” não tem condições de comandar nada, pois ele nunca comandou nada. Pesquisem nos Anais, se ele já foi comandante ao menos de um grupamento, eu desconheço. E agora, ele vai comandar o 5º Batalhão! Sabe o que significa isso na carreira militar, Deputado Moisés Diniz? V.Ex.ª sabe o porquê disso? Daqui uns dias ele será promovido a Tenente-Coronel e depois vai embora como fez o Ivan, que é irresponsável, incompetente e hoje está recebendo um salário de Secretário, porque ele é chefe do Gabinete Militar, lá em Pernambuco. Ele recebe o dinheiro daqui, como também mais quinze coronéis, que foram promovidos e hoje estão morando fora do nosso Estado.

Deputados Moisés, mais de 150 mil reais saem do nosso Estado para beneficiar pessoas que estão em outro Estado. Esse Paladino vai ser mais um. Ele não tem nada aqui e não vive no Acre. Agora, quem foi que liberou, Deputado Mazinho, as condições para o Paladino ser promovido a Major? Qual foi o Comandante que liberou isso? Pelo que eu sei foi o Comandante Célio, o qual puniu o Rocha e não puniu o Paladino. E ainda foi à televisão dizer que foi punição administrativa. Agora, para mim, o que o Paladino fez é considerado crime militar.

Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, ontem, à tarde, nos reunimos com os funcionários que fazem o controle de endemias no Vale do Juruá, que há alguns dias reivindicam seus direitos, já que estão ameaçados de serem demitidos sem direito a nada.

O jornal A Gazeta noticiou que o Governo não abre mão de concurso e os agentes querem a garantia do emprego. Lá foi apresentada, Deputado Nogueira Lima, com todos os argumentos pelo pessoal da endemia, a Emenda 51 da Saúde, e aqui ela está bem detalhada. Num determinado ponto ela diz que o processo seletivo, da maneira como foi feito lá, não pode ser descartado, já que foi feito pelo Dr. Jessé, o qual assumiu a tal da Subsecretaria que serviu apenas de cabide de emprego, pois a Saúde não melhorou em nada. Eu não sei o que é que tramaram contra o Dr. Jessé que ele saiu de lá desmoralizado. Mas ele fez a prova, depois foi apresentado os títulos: quem tinha carteira de motorista, quem tinha segundo grau, etc.

Mas para nossa surpresa, ontem, à tarde, o Governo enviou 25 microscopistas para Cruzeiro do Sul, Deputado Luiz Calixto, segundo informações, ganhando diária de duzentos reais, hotel, etc. Sendo que os funcionários de endemias mantiveram trinta por cento dos Postos funcionando e os exames estavam sendo realizados normalmente. Mas para ameaçar eles mandaram 25 microscopistas.

O Carioca estava lá e parecia um lorde, respondendo a todo mundo com bastante educação, mas quando o Neto disse que eles haviam quebrado o pacto, ele se descontrolou dizendo que esse Estado tem Governo. Foi a melhor piada que eu poderia ter escutado, porque nós estamos vendo que não tem.

Na EM, Deputado Moisés Diniz, na época que o Coronel Célio foi comandante em Plácido de Castro, V. Exa. deve ter conhecimento do que aconteceu lá. E é quem está no comando aqui, agora. Aí mandam o Sérgio Roberto lá. Quem é o Sérgio Roberto? É o cachorro do PT, porque quando eles não têm coragem de morder, eles mandam o Sérgio Roberto ou o Carioca, que disse para os agentes que eles não tinham direito algum e que não era para obedecer ao Sérgio Roberto. E disse mais: “Vocês vão ficar e vão trabalhar sim”.

Eu tive que levantar a voz e dizer que ele não estava falando com qualquer um não, porque o povo do Vale do Juruá não tem sangue de barata. Eles estão ali reivindicando os seus direitos, mas o representante do Governo diz que não abre mão de suas decisões.

E aí como é que vai ficar o Neto, o qual está com a perna quebrada? Qual desses agentes vai passar num concurso, concorrendo com candidatos que saíram agora das escolas, já que a vida deles era rural acima, rural abaixo, furando dabo e bonrifando casas? Esse processo seletivo está totalmente desvirtuado, já que a análise de curriculum serve apenas para médico e fisioterapeuta. Os demais têm que fazer provas e títulos.

(Sem revisão do orador)

Deputado DONALD FERNANDES (PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, amigos no Salão do Povo, eu hoje vim ratificar uma posição política que tomei há alguns dias. Quando o projeto do Senador Tião Viana foi aprovado, eu fui radicalmente contra. Andei daqui à Cruzeiro do Sul, de carro, e vi várias

pessoas levando suas crianças para pegar o ônibus de madrugada porque tinham medo de que um bicho as pegassem, ou que sofressem alguma agressão. Eu falei com essas pessoas, inclusive, tenho fotografias. Mostrei aqui o quão precipitado tinha sido o Senador Tião Viana ao fazer uma lei sem consultar as pessoas, apenas para dar um pouco de alento aos Bancos.

Fui contra porque eu ouvi os apelos das pessoas, eu mesmo tive que mudar meus hábitos, pois acordo muito cedo, mais do que todo mundo, acordo ainda à noite. Então fui contra, naquela época, a essa iniciativa do Senador que presta bons serviços, mas que dessa vez errou pela base ao não consultar o seu povo.

Agora vejo um Senador do meu partido fazendo um projeto ainda pior e aqui quero ratificar, eu sou contra a mudança do horário do Acre, seja feita por quem quer que seja, não interessa quem é o patrão. Fui contra o Tião Viana e estou contra o meu Senador. É uma posição política individual, eu não estou contra o partido, estou contra a posição política do Senador Arthur Virgílio, que apresentou um projeto ainda pior do que o do Senador Tião Viana e nós acrianos não podemos concordar com essa mudança. Venha de onde vier, até mesmo do meu Partido.

Então, ratifico aqui para todos os acrianos e algumas pessoas que me ligaram, inclusive, de Cruzeiro do Sul esperando uma posição política minha. Não sou homem de ficar em cima do muro, sou contra a mudança de horário sim, até mesmo vinda do Senador do meu Partido, a quem tenho muito respeito.

O Senador Tião Viana tem uma posição política invejável, mas os dois enganaram-se redondamente. Estão querendo fazer uma mudança que vai alterar o padrão de vida e os costumes dos Amazônidas. Isso nós não podemos aceitar. Então, estou aqui ratificando para todos vocês e para aqueles que nos escutam e que nos assistem pela Internet, que a minha posição é contrária à do Senador Arthur Virgílio. Sou contra a mudança do horário e pronto. Não estou cometendo nenhuma infidelidade, estou divergindo com o Senador do meu Partido, com respeito, porque tenho uma admiração muito grande por ele.

Muito obrigado.
(Sem revisão do orador)

Deputado TAUMATURGO LIMA (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, demais presentes, utilizamos o Pequeno Expediente para fazer o registro do início das obras no Vale do Juná. Aproveito o momento para repudiar a atitude desrespeitosa e desleal da Deputada Idalina Onofre.

Eu participei de uma reunião com os agentes de endemias, com o Presidente da Assembleia, Deputado Edvaldo Magalhães, com os Deputados Federais Gladson Cameli, Henrique Afonso e Ilderlei Cordeiro, Vereadores, Lideranças e a equipe de Governo e acho uma desonestidade vir aqui falar que o Secretário Sérgio Roberto é cachorro do PT. O PT tem sua militância, tem toda uma história neste País e no Estado do Acre; uma história bonita, de luta e de garra em defesa dos interesses dos trabalhadores do nosso Estado. O trabalho do Governo do PT está aprovado pela população.

O Secretário Sérgio Roberto é filiado e militante do Partido dos Trabalhadores, é um Secretário competente e que vem dando sua contribuição para o nosso Estado, assim como fez na Educação, agora está fazendo na Saúde. A Equipe de Governo está aberta à negociações tanto que tem uma pauta em curso. Hoje mesmo a equipe do Governo, com os agentes de endemias e algumas lideranças irão ao Ministério Público para verificar a possibilidade desses funcionários continuarem trabalhando amparados pela PEC.

A Deputada Idalina Onofre mudou de lado, pois no ano passado dizia que a endemia era cabide de emprego, era para cabos eleitorais do PT. Deputada, V. Exa. tem que respeitar assim como nós a respeitamos. Sempre a tratamos com desconfiança. Agora usar esses termos com um Secretário de Estado e ficar mudando de lado não é concreto, não importa se a lei ampara ou não.

O Governo está aberto à negociação e se a PEC vai amparar os agentes de endemias, ele vai manter os funcionários. Agora nós temos outro viés, o Vale do Juná, é uma região de risco em relação à Malária e o Governo está preocupado em manter o atendimento as pessoas, para evitar uma nova epidemia. Mas a Deputada Idalina não está preocupada com isso não, ela não está preocupada com o povo do Acre, ou mesmo se no Vale do Juná as pessoas vão ter atendimento ou não. Ela quer espatifar, desarticular.

Meus amigos, esse caso das endemias é sério. São pais de famílias que estão na expectativa, pois podem perder o emprego. O Governo está sensível a esta situação, por isso tenho certeza que, se a PEC amparar esses funcionários, o Governo vai honrar e respeitar a Lei.

(Sem revisão do orador)

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Deputado Taumaturgo Lima

foi perfeito em suas declarações no que diz respeito às endemias. Eu tenho certeza que a Deputada Idalina jamais quis vir a tribuna chamar alguém de cachorro, foi um deslize, e acredito que ela vai, inclusive, pedir desculpas. Isso não se faz na tribuna da Assembleia Legislativa, em nenhum País. Foi terrível! Ficou muito ruim! Mas o Deputado Taumaturgo já fez a correção.

Voltaremos no Grande Expediente para debater a questão da Polícia Militar e a prisão do Major.

Eu queria, nesses quatro minutos, comentar a questão do fuso horário. De vez em quando a Oposição e o Governo fazem gols e agora a Oposição meteu a mão na bola. Foram dois anos a Oposição tentando triturar o Senador Tião Viana, inclusive, o Deputado Flaviano Melo virou herói do referendo; o Deputado Sérgio Oliveira fez discursos bonitos a favor do povo, porém agora o Senador Arthur Virgílio, do PSDB, do partido do Bocalon, quer aumentar o horário de alguns Estados em mais uma hora.

Senhor Presidente, vamos fazer o debate sobre o fuso horário amazônico, sobre as dificuldades que a população passou, porque agora quem propôs aumentar o nosso fuso em uma hora, e foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, foi o PSDB, o partido do Serra, do Bocalon, portanto o partido e o candidato de V. Exas. Não botem essa bola no colo do Senador Tião Viana, ela estava no colo dele há dois anos e vocês, por conta própria, sem ninguém pedir, tiraram. E como no futebol não se tira bola com a mão, então assumam essa mãozada.

Muito obrigado.
(Sem revisão do orador)

GRANDE EXPEDIENTE

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do BSL) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Moisés Diniz, mesmo esta proposta estapafúrdia tendo sido apresentada por um Senador de Oposição, nós somos contra e V. Exa. era a favor, porque quando o Senador Tião Viana modificou o horário por conta própria, não se viu de V. Exa. um posicionamento público, sequer, para dizer que era contra. E nós, independentemente, de ser o Arthur Virgílio ou Arthur não sei o que, nós somos contra.

Queremos acompanhar os votos dos três Senadores do Estado do Acre. Nós queremos saber como votarão os Senadores Tião Viana, Geraldo Mesquita e a nossa meiga Marina Silva. Talvez o PT não tenha pedido que alguém da Frente Popular seja contra a mudança, mas nós somos e não é de agora. V. Exa. parece que é contra agora. Nós somos desde a origem, quando esse assunto chegou de forma inusitada e inédita ao povo acriano.

Nós somos contra e vamos para os palanques. V. Exa. vai falar do novo horário, vai dizer que quem apresentou foi o Arthur Virgílio e nós vamos dizer que somos contra desde que o Tião Viana apresentou a proposta, aliás somos contra a qualquer projeto dessa natureza.

O fato de dizer que é um Senador da Oposição que está querendo essa mudança não vai mudar a nossa opinião, nós não temos aqui dever de obediência. Nós somos contra, nós já éramos. Na verdade quem iniciou tudo isso foi o pessoal da Campanha de Selva, os quais arranjaram padrinhos e patronos para a ideia. Nós vamos elaborar um documento e se V. Exa. é contra, como fez aqui nesta tribuna, assiné-o. Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, todos aqui presentes entenderam o que falei, quem está propondo fuso horário único no Brasil é um Senador do PSDB, Arthur Virgílio, que é do partido do candidato dos Senhores a Presidente da República. Sobre o debate não sei dizer se sou a favor ou contra, cada Deputado externa a sua opinião, a minha expus nas entrevistas que dei nos jornais e nos canais de televisão e até agora ninguém me contestou. Falei sobre esse assunto por 10 minutos, os Senhores Parlamentares e a Imprensa lembram o que disse sobre o fuso horário amazônico. Em Cruzeiro do Sul, o dia amanhece às 7h30min e após essa mudança amanhecerá às 9h30min. Todo o discurso que vocês fizeram durante dois anos não adiantou nada.

O debate de quem é favor ou contra será feito pela sociedade que tem mente aberta, nos palanques e nos canais de televisão. Os Senhores marcaram um pênalti e fizeram um gol contra, assumam isso. Durante dois anos atacaram duramente o Senador Tião Viana. Diziam: O Deputado Federal Flaviano Melo defende a Democracia e o Senador Tião Viana não. Todos os dias falavam sobre esse assunto, agora a bola está com os Senhores.

Esse debate sobre a PM é extremamente complicado. A punição a qualquer policial seja ele oficial ou não, é tomada pelo Comandante. Não é uma decisão do Governador, porque o assunto não é político. O tempo do bilheteiro, solicitando ao Comando da PM que aprovasse militares no teste do trânsito ou para serem promovidos, já passou, o Deputado Nogueira Lima sabe disso.

Eu fico pensando se a Qposição assumisse o Governo e nós fôssemos Qposição, eu acho que iam mandar nos prender, porque ficam nervosos até quando nos defendemos. Sabe o que é esse nervosismo? Falta de argumento. Se inscrevam e venham para o debate com educação, com cavalheirismo político do Deputado Luiz Calixto, que assim poderemos disutir.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL – EM APA RTE) – Deputado Moisés Diniz, com relação ao fuso horário vamos ter boas pelepas. Eu fui contra essa modificação desde o início, mas parece-me que seu discurso hoje, mudou. V. Exª. foi a favor da mudança, porque era uma ideia do Senador Tião Viana; agora, quando o Senador Arthur Virgílio apresentou proposta para mudar o fuso horário do País, V. Exª. se mostra contra, pelo menos, é isso que eu estou entendendo. Mas a bola ainda está toda nas mãos do Senador Tião Viana, foi ele quem iniciou esse processo. Com relação à prisão do Major Rocha, Deputado Moisés Diniz, com todo apreso que tenho a V. Exª, acho que não vai acreditar que a prisão daquele militar tenha sido feita sem o conhecimento prévio do Governador, porque as implicações políticas disso estão sendo debatidas nas ruas, portanto, o Coronel Romário Celio jamais faria a prisão de um militar num momento em que a Polícia está passando por uma crise e sem o conhecimento prévio do mandante maior. Acho que como discurso político para livrar a pele do Governador até vale, agora não pense que a sociedade vai acreditar nisso. O Parlamento acredita que essa decisão do Comandante foi unilateral. Na verdade o Comando da Polícia Militar foi intolerante e tenho certeza, que V. Exª., na sua intimidade, sente dessa forma. Estão transformando esse Major num grande herói, fazendo até passeatas, isso é uma bobagem. Qual é o mal que comete um militar que estava à paisana representar sua associação, indo para as ruas fazer manifestações pacíficas e ordeiras em favor de melhores condições de trabalho e de salário? Nenhuma, isso não é motivo para ele ser punido. Na verdade, a prisão do Major tem um único e claro objetivo, fazer medo à tropa, para que nenhum militar mais saia às ruas em defesa da categoria.

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Obrigado Nobre Deputado, para V. Exª. ver como é difícil a Democracia. Infelizmente em um minuto não dá para explicar, se não iria indicar o nome de vários sites que são ligados a Qposição divulgando essa prisão, como se o Major fosse membro do Talibã, que foi preso pelo exército americano na prisão de Guantánamo ou um bandido de alta periculosidade. Vimos a foto no jornal do Major deitado numa caminha com lençol limpinho, ar condicionado e uma TV colorida. Essa prisão foi uma decisão estritamente, ligada a indisciplina militar.

Quanto ao fuso horário, esclareçemos que esse debate de quem é a favor ou contra, iremos fazer junto com a sociedade. Agora o Senador do partido dos Senhores foi quem propôs aumentar em mais uma hora a diferença do horário aqui no Acre.

(Sem revisão do orador)

Deputado DONALD FERNANDES (PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, meus amigos, para finalizar esse debate sobre o fuso horário, eu quero dizer que a proposta apresentada pelo Senador Tião Viana referente ao fuso horário do Acre, já é uma lei. Não adianta eu, o Senhor e nem ninguém chiar, mas a do Senador Arthur Virgílio é uma proposição. Então, há uma diferença enorme.

O Senhor é muito inteligente e sabe que essa proposição do Senador Arthur Virgílio pode não ser aprovada em plenário, ou ele pode retirá-la antes dela ir ao plenário; porém a do Senador Tião Viana já é lei. Então não dá para ele ter o mesmo discurso. Uma já é lei e nos faz sofrer; a outra é uma proposição que poderá não se tomar lei; mesmo diante de todo o brilhantismo do seu discurso, acho que nós ainda não somos tão pequenos de inteligência que não possamos perceber essa pequena diferença: uma é proposta, a outra é lei.

Deputado MAZINHO SERAFIM (Líder do PSDB – EM APA RTE) – Deputado Donald Fernandes, serei breve, apenas quero comunicar-lhe que também sou radicalmente contra essa proposição do Senador Arthur Virgílio. Por isso, nós do PSDB e demais Deputados da Qposição que somos contra essa mudança de horário, vamos encaminhar à nacional do PSDB um documento dizendo a nossa posição em relação à implantação desse novo horário.

Deputado DONALD FERNANDES (PSDB) – Então é sinal de que tem solução, pois o partido está se reorganizando agora, mostrando a sua força e vamos ver como é que vai ficar esse projeto do Senador Arthur Virgílio, que a meu ver pode dar em nada. Agora, o do Senador Tião Viana já é realidade, já é sofrimento. E esse sofrimento o PT não pode mais tirar da nossa vida, a não ser que haja um referendo, pois só por meio do referendo o povo pode derrubar essa lei. A sua inteligência é grande, mas a minha não é tão curta assim.

Quanto ao projeto estapafúrdio do Senador Arthur Virgílio, as forças tanto de Qposição como as forças do próprio PSDB poderão se unir para derrubar. Eu fui contra o do Senador Tião Viana e sou contra o do Senador Arthur Virgílio. Não vou aceitar e se for aprovado vou lutar contra de novo; mas divido que essa proposta seja aprovada ou que seja colocado em plenário, sem antes sofrer um grande repuxo do seu próprio partido.

A Globo defende o interesse dela. Ela fala bem do Governo, porque o Governo deu-lhe muito dinheiro. Portanto, a Globo está defendendo o próprio prato de comida. Ela recebeu muito dinheiro do Lula; do Lula não, do povo brasileiro. Então, como ela vai falar contra? Ela vai ter que puxar o saco do Lula como está fazendo agora, mas eu não quero mais falar sobre esse assunto, pois ele já está definido. Sou contra o projeto do Senador Arthur Virgílio e vou lutar para derrubá-lo. Agora, o do Senador Tião Viana já é uma realidade, por isso temos que lutar com mais força para poder derrubá-lo.

Eu quero apresentar um Projeto de Lei que visa combater o fumo em lugares públicos no Acre. Essa lei já existe em São Paulo, no Paraná e em outros Estados, apenas o Acre está atrasado em relação a ela. A justificativa que se faz a uma lei antifumo é muito fácil. Vou ler aqui a que eu fiz. (LENDO)

Essa lei visa proteger as pessoas dos males causados pelo cigarro. As pessoas têm direito de fumar, portanto que seja ao ar livre, para não causar doenças em quem não fuma. Isso é democracia. É permitido fumar, portanto que não cause danos à saúde dos não fumantes. Essa lei veio de outros Estados, mas nós precisamos implantá-la aqui, para o bem da nossa população. Portanto, eu peço que os Senhores votem a favor desse projeto e que o Governador transforme em lei, pois ele só tem a ganhar com isso, já que muitas pessoas deixarão de ter Câncer. O Governo poderá até perder algum recurso relacionado a arrecadação do ICMS, mas deixará de gastar no tratamento do Câncer, sem contar que as pessoas ganharão em qualidade de vida, pois terão mais saúde. Portanto, eu acredito que o Governo não se posicionará contra esse projeto.

Eu espero que os Deputados do Governo aproveem esse projeto, para que ele se torne uma realidade, a fim de proteger os não fumantes.

Deputada Idalina, eu gostaria muito de ouvi-la, mas não deu pela exiguidade do tempo, por isso peço-lhe desculpas. Muito obrigado (Sem revisão do orador)

Deputada ANTONIA SALES (PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, na verdade eu pretendia usar a tribuna para debater outro assunto, mas como o meu representante na Câmara Federal, Deputado Flaviano Melo, que já foi Governador, Senador e Prefeito de Rio Branco, foi citado várias vezes pelo Nobre Colega Moisés Diniz, então eu tenho por obrigação expor meu pensamento. A atitude do Senador Flaviano foi de um verdadeiro democrata, Deputado Moisés Diniz.

O Parlamentar que usa de suas atribuições para apresentar algum projeto de lei, obrigando as pessoas do seu Estado a modificar seus dias em virtude de uma lei que foi criada para mudar o fuso horário, para mim está errado. O Senador Tião Viana agiu errado quando mudou o horário do Acre igualando ao do Amazonas, como também está errado o Senador Arthur Virgílio ao querer mudar o fuso horário do País. Convenhamos, cometeram paradoxo, mesmo um leigo, que não seja geógrafo, sabe que os fusos horários existem em todos os Estados e continentes. Estão querendo brincar de Deus mudando a lei da natureza? Deus que permitiu que o sol nasça e se ponha em diferentes países e continentes.

Quando vim pela primeira vez ao Brasil, acompanhando meu pai, percorremos varadouros, eu que não sou especialista em geografia, Deputada Idalina, pude ver a diferença. Até as águas que dividem os países, correm para o país pertinente. Quando alcançava certa distância, para entrar no território brasileiro já não se tinha mais água, era só terra; a água que corria para o Peru voltava para esse lado do Brasil. Depois de observarmos certo trecho de terra, notávamos a primeira localidade brasileira onde fica a nascente do igarapé que deságua no Rio Juná. Então, até nisso teve a mão de Deus. Todavia, querem modificar o nosso dia-a-dia.

Sabemos que até a energia elétrica sofreu aumento em muitos lares devido esse novo horário. Quando os relógios marcam seis horas, corresponde no horário antigo, cinco horas da manhã. Ainda está escuro. Às vezes visito seringais na madrugada e vejo crianças à beira da estrada, esperando o ônibus que as deixam nas escolas. Saí de casa às cinco horas da manhã com o tempo escuro. No horário anterior seriam quatro horas, poderos ver saindo dos ramais cobras e outros bichos. Situação pior é a dos ribeirinhos, porque as crianças andam de canoa com a lua clareando a água.

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS – EM APA RTE) – Deputada Antonia Sales, quando saímos para os ramais nós escutamos as pessoas dizerem: no horário de Deus são tantas horas, no horário do Senador Tião Viana, são tantas horas. A última vez que o Senador foi a Cruzeiro do Sul encontrou com um morador de Feijó, o Senhor Zequinha,

que lhe perguntou se não tinha o que fazer mudando o fuso horário do Acre.

Deputada ANTONIA SALES (PMDB) – Então, eu aqui defendo a atitude do Deputado Federal Flaviano Melo, que faz jus ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. S. Exa. quer a aprovação de um referendo, aí sim através do voto poderemos saber quem é a favor ou contra a implantação desse horário. Todos os Senhores, os políticos em geral, independente de partido, deveriam seguir essa regra: qualquer coisa que queiram mudar, que primeiramente consultem a população.
(Sem revisão do orador)

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Taumaturgo, vou mandar fazer várias blusas com os seguintes dizeres: "Sou contra contratos provisórios". E quando uma estiver suja, visto a outra.

Como uma criatura que recebeu uma boa educação de seu pai, de sua mãe, eu tive aqui uma atitude baixa, quando repeti o que eu ouvi na rua. Não foram minhas palavras. Quando eu estou errada, Deputado Taumaturgo, eu não tenho problema nenhum em pedir desculpas. Mas aqui na tribuna, alguém sabe quem pronunciou essas palavras. Eu gosto sempre de copiar as coisas textualmente, para que não digam que foram minhas palavras. Quando eu perguntei quem era o Senhor Sérgio Roberto a resposta que eu tive foi a mesma que eu repeti anteriormente, Senhor Presidente. Então, eu não tenho que pedir desculpas por uma coisa que eu ouvi. Todo mundo diz que o Sérgio Roberto é acostumado a gritar com o Osvaldo nos corredores da Secretaria de Saúde. Sendo que um é Secretário e o outro está numa posição inferior.

Agora, o Senhor vir dizer aqui que eu tenho dois lados, respeiteme. Porque aqui eu não acendo uma vela para Deus e outra para o Diabo não. Nunca fiz isso na minha vida. Eu tenho posição e jamais mudo, a não ser que a categoria me convença. Eu não estou a revelia da lei, eu não estou mudando de lado. E quando eu vou ao Vale do Junúá, eu não me escondo, eu só saio à noite ou de carro com fumê não. Eu não tenho porque mudar de lado, afinal nem cooperativa eu possuo.

Sou contra contrato provisório e sempre serei, porque é cabide de emprego e serve como poder de barganha na hora do voto: ou você vota ou é demitido. Porque é isso que nós costumamos ouvir das pessoas que têm contrato provisório. Eu não sou a favor de deixar o povo como refém nas mãos de quem quer que seja, pode ser meu partido, eu não aceito.
(Sem revisão do orador)

Deputado DELORGE M CAMPOS (Líder do PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados e Deputadas, vou tentar resumir o que eu gostaria de falar aqui hoje, já que não foi possível utilizar o Pequeno Expediente. Vou pedir a tolerância do público presente, porque eu ia falar exatamente sobre a questão do fuso horário e depois farei a defesa de um companheiro do PT, a qual não foi possível ser feita pelo Deputado Taumaturgo. Antes de iniciar o assunto que me trouxe à tribuna, gostaria de dizer à Deputada Idalina Onofre, na qualidade de Líder do Partido Socialista Brasileiro, que nós da Base do Governo, pelo menos este Deputado que vos fala, somos contra concurso que sirva de cabide de emprego, somos a favor do concurso público com equidade para todos.

Agora, quanto à questão do horário, quero dizer o seguinte, apenas para esfriar os ânimos, o jogo virou copa do mundo. Eu acho que o Deputado Moisés Diniz veio aqui, como Líder do Governo e bateu a falta muito longe da área, a bola foi com efeito e ninguém está conseguindo segurá-la.

Mas eu não quero saber aqui dos apartes dos Senadores Arthur Virgílio ou do Tião Viana, quero manifestar minha posição como Parlamentar e como cidadão acreano. Nasci nas barrancas do Rio Acre, no Seringal Canindé e se tivesse sido feito um plebiscito eu votaria contra. Eu votaria pelo horário real, até porque o solstício nos meses de julho e janeiro nos possibilita um diferencial.

O Senador Tião Viana foi mentor da história e agora o Senador Arthur Virgílio pegou uma carona, no meu entendimento, com possibilidade de resultados políticos. Porém, se tivemos que igualar o horário do Brasil, que eram quatro fusos, agora são três, que diminuem uma hora do Sul. Se for para igualar todos os horários, por que não diminuir o fuso de Brasília, São Paulo, Florianópolis e outros em uma hora? Porque é um horário mais real; ali em Brasília quando são seis horas da tarde o sol está alto, em Florianópolis e São Paulo também. Então, essa é a minha opinião. Acho que isso não vai surtir efeito, e não vou ficar aqui digladiando, perdendo tempo com isso, já emiti a minha opinião.

Senhores Deputados, tivemos problemas com o alongamento do inverno, mas não dá para passar em branco, Deputado Taumaturgo, o volume de obras que estão sendo executadas na região do Junúá de forma simultânea. A Avenida Mâncio Lima por exemplo, lá em Cruzeiro do Sul era um caos, um transtorno para todos os cruzeirenses e o Governo em

três etapas conseguiu transformá-la em uma bela avenida com paisagismo e tudo mais. Depois aconteceu uma deteriorização na BR em mais ou menos quinhentos quilômetros devido o terreno arenoso, mas o Executivo já providenciou a reposição do solo numa espessura de aproximadamente sessenta centímetros.

A estrada que dá acesso a Mâncio Lima será, novamente, restaurada. Será construída também a maior ponte do Estado com mais de meio quilômetro. Vão ser gastos cento e tantos milhões de reais, fora a operação tapa buraco realizada pelo Deracre no trecho de Cruzeiro do Sul ligando Rodrigues Alves a Mâncio Lima.

O Governo tenta não dar ouvidos a conversas pequenas e cumprir o seu papel, para que possa diminuir a disparidade entre os municípios. Por exemplo, as cidades do Alto Acre se organizaram, até por conta do acesso geográfico, a um consórcio para viabilizar os recursos. É o que queremos que aconteça também no Junúá, Envira, se possível aglutinando o Runus.

Obrigado, Senhor Presidente.
(Sem revisão do orador)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros no Salão do Povo, Senhores da Imprensa, quando eu digo aqui que essa tribuna é um circo, é porque é verdade. O cidadão vem aqui e faz um estandarilhaço, dizem que os Deputados de Oposição não sabem pedir aparte. Está no Regimento, eu posso pedir aparte a hora que quiser, agora daqui para frente não peço mais levantando a mão.

A própria Imprensa tem um ditado que diz assim: "Existe o time dos calados". Eu não sou calado, Deputado tem que falar muito, o Parlamento é para se falar, é preciso dizer o que pensamos, mostrar a realidade. Agora, o Parlamentar vem aqui discutir um assunto, o qual somos contra e diz que a bola é nossa. O Arthur Virgílio é um bobo, eu não sei nem quem ele é; o Bocalom não aceita isso, ele que é nosso candidato a Governo.

Vamos para cima do palanque, não tenho medo, como também não tive medo quando votei contra o Governo. Se antes vocês iam perder 50 mil votos, agora com essa eu vou ganhar muito mais, porque nós vamos para cima do palanque.

O Senador Tião Viana foi irresponsável quando não perguntou ao povo se queria esse novo horário. Todo mundo propõe mudanças, mas no Senado é pior .Agora quero ver o Tião Viana, a Marina Silva, votarem contra a proposta do Arthur Virgílio. Tenho certeza que o Geraldinho votará contra, assim como o Sérgio Oliveira. Mas temos que fazer um documento, dizendo que somos contra essa mudança.

Uma avenida que foi inaugurada no ano passado, já tem buracos e o "cara" não sabia disso? Todas as obras desse Governo são superfaturadas. E V. Exas. ainda vêm defender o quê? Defender a hierarquia e disciplina lá dentro do quartel? O Senhor não sabe nem para onde vai, Deputado Moisés Diniz. Não venha discutir isso, porque o Senhor não sabe de nada de dentro do quartel. O Major Rocha foi punido a mando, está no jornal de hoje, daquele rapazinho, que não é secretário, não é ninguém.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Suspendemos a presente Sessão para que os Senhores Deputados e Deputadas possam definir a pauta de votação da Ordem do Dia. (PAUSA)
Estão reabertos os trabalhos.

ORDEM DO DIA

(Não houve matéria a ser apreciada).

EXPLICAÇÃO PESSOAL

(Não houve oradores inscritos).

46ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 18 de junho de 2009

Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sâ, Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do BPR; Donald Remandes,

Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB; Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do PSB; Elson Santiago, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Calixto, do PSL.

AUSENTE: Deputado José Luis, do PMN.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Sôa a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

Projeto de Lei n. 15/2009, de autoria do Deputado Donald Fernandes, que "Proibi em ambientes de uso coletivo, público ou privados, o consumo de cigarros, cigarilhas, chanutos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado, ou não do tabaco";

Projeto de Lei n. 16/2009, de autoria do Deputado Luiz Gonzaga, que "Proíbe a aplicação de multas por infração de trânsito, por avançar semáforos com indicação de sinal vermelho".

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado NEYAMORIM (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigas e amigos da Imprensa e os poucos amigos que estão no Salão do Povo. Acho que esse pouco movimento se dá em virtude do jogo da Seleção Brasileira, que muitos devem estar assistindo. Vim à tribuna no dia de hoje para fazer um registro com relação à nossa Senadora Marina Silva, que é um orgulho para nós petistas, para o povo do Acre, para Frente Popular e para o Brasil. A Senadora Marina acabou de receber mais um prêmio internacional e isso nos honra muito. Desde que ela deixou o Ministério, eu acho que este é o quarto ou o quinto prêmio internacional que ela recebe pelos relevantes trabalhos e pelas suas atitudes com relação ao meio ambiente e à vida das pessoas.

Antigamente, essa questão do meio ambiente debatida de maneira pequena, mas hoje é uma questão mundial e a nossa Senadora é uma legítima representante dessa causa, que é muito nobre. Então, Senhor Presidente, como Líder do PT nesta Casa, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna fazer esse registro e dizer do nosso orgulho, da nossa felicidade em ter a Senadora Marina Silva no Partido dos Trabalhadores e no Senado desempenhando o seu mandato de maneira honesta em prol do Brasil e do Acre.

Nós da bancada do PT estamos muito felizes por mais esse prêmio internacional que a Senadora ganhou, porque como eu já disse, a questão do meio ambiente é uma preocupação de todos nós.
(Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL) – Senhor Presidente, vou abordar três temas que não são polêmicos. Primeiramente gostaria de fazer um elogio ao Governador Binho Marques pela regulamentação da lei de minha autoria, aprovada por unanimidade neste plenário, que trata da divulgação na Internet, dos atos oficiais do Poder Executivo e de todos aqueles órgãos que a legislação exige. Não é preciso maiores delongas, porque todos sabem da importância da democratização e da transparência dos atos públicos. Agora, os Deputados, a população terão muito mais facilidade em acompanhar a administração pública. Portanto, o Governador Binho Marques entendeu que a lei é muito importante e a partir de 22 de junho deste ano, os acrianos, os internautas, poderão acessar o Diário Oficial. Parabênizo o Governador Binho Marques pela sanção dessa lei.

O outro assunto diz respeito a uma nota de repúdio que nós estamos apresentando ao projeto de autoria do Senador tuano Arthur Virgílio, que propõe a unificação do horário para todo o território brasileiro. Se quiserem, unifiquem por lá, por aqui nós só engoliremos se fomos forçados, porque nós vamos convocar a população acriana para sair às ruas para demonstrar ao Senador Arthur Virgílio, que da forma que nós não concordamos com a modificação do horário proposta pelo Senador Tião Viana, também não concordaremos com esse projeto que está em tramitação no Congresso Nacional. Os Deputados que desejam assinar, e eu convido a todos, o documento está aqui, já tenho a assinatura da Deputada Idalina e do Deputado Donald, além da minha.

Senhor Presidente, nunca na história do Estado a nossa Polícia Militar enfrentou uma crise tão profunda. Uma crise que terá reflexos na disciplina, na hierarquia e no segmento de líderes. Uma casa militar sem ordem, onde um subalterno tem mais carisma e autoridade do que

propriamente seus superiores, não funciona. Portanto, o Governo deve tomar providências para que a ordem seja restabelecida.

E nesse sentido vou apresentar na Ordem do Dia um requerimento propondo a convocação do Coronel Romário Célio, para que nós possamos aqui, Deputados Moisés Diniz, Walter Prado, Idalina Onofre, Antonia Sales, ouvi-lo, saber exatamente onde está o problema da indisciplina dentro de Polícia Militar. Ao ouvi-lo esta Casa, que é composta de pessoas experientes, tarimbadas, certamente poderá apontar um caminho. Portanto, esse requerimento tem como finalidade principal auxiliar o Comandante da Polícia Militar do nosso Estado a encontrar um caminho, Deputado Donald.

Nós não podemos permitir que a indisciplina se instale dentro da Polícia Militar. Nós precisamos de uma Polícia Militar organizada, respeitada e disciplinada, e nós poderemos, de certa forma, com nossas experiências e idéias ajudar o Comandante da PM com sugestões e criticar onde for necessária a crítica, portanto acho que esse requerimento não terá discussões e espero que o Presidente o coloque em votação na Ordem do Dia de hoje para que possamos ouvir o Comandante Romário Célio. Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado DONALD FERNANDES (PSDB) – Bom dia Senhor Presidente, amigas e amigos Deputados, assessores que estão no Salão do Povo Marina Silva, já que o povo não veio prestigiar o nosso trabalho em decorrência do jogo da Seleção Brasileira. Gostaria de fazer uma consideração importante sobre as obras do PAC e dizer que os recursos dessas obras são repassados pelo Governo Federal. Até aí nada demais. No entanto o Governo Estadual tem que fazer, dentro do maior critério possível, uma pesquisa de preços, uma fiscalização e isso, realmente, não ocorre aqui.

A obra da Estação de Tratamento de Água e Esgoto na Conquista, ali na rua do Horto, na estrada José Magalhães, começou exatamente na época das grandes chuvas, em fevereiro. Aquilo causou um grande transtorno para as comunidades daquelas imediações. E como eu ando muito por ali, vi a dificuldade das pessoas, as quais tinham que andar com sacos plásticos nos pés, mas todos estavam satisfeitos, já que era uma obra do Governo Federal e iria melhorar a Estação de Tratamento de Água e Esgoto. No entanto, no dia 21 de abril, foi dada uma ordem para tirar os tubulantes que foram colocados na época da chuva. Aquilo me causou estranheza e fui saber do que se tratava. Fiquei mais espantado ainda, quando soube que aquela obra tinha um cano de quinhentos milímetros, o qual foi retirado porque houve um erro de projeto da Vetor Engenharia. E houve uma falha do Governo na fiscalização da obra.

A Vetor Engenharia errou e o Governo não fiscalizou e agora resolveram cavar de novo para botar, segundo eles, um tubo de cem milímetros que era a dimensão que cabia ali. Eu pergunto: Quem vai pagar o erro do cálculo mal feito da Vetor Engenharia? O Governo está silencioso, se não tivéssemos descoberto provavelmente ninguém ficaria sabendo.

A MAV, empresa que está trocando os canos, não sabe quem se responsabilizará pelo prejuízo causado por esse erro. Essa Vetor Engenharia deveria ficar numa lista negra do Governo, porque um projeto mal feito e errado, que causa transtorno às pessoas e despesas ao Governo, além do atraso da obra, não pode ser aceito. Não me estranha muito se daqui a pouco a Vetor não seja agraciada com uma grande obra, quando ela deve ser colocada numa lista negra, porque um erro num projeto desses é como esquecer um bisturi na barriga do paciente e depois ter que abrir de novo para retirá-lo.

O Governo tem que punir a Vetor, se errou ela é passiva de uma punição, não é só refazer a obra não, é pagar pelo prejuízo que o povo teve naquela região. O Governo tem que se pronunciar a esse respeito.

Quem passar ali na Estação de Tratamento perto do Horto, vai ver um amontoado de canos enormes que estão lá para serem trocados por outros menores. Será que dessa vez eles acertarão o projeto? Será que o tubo é de cem milímetros mesmo? Meu Deus! Tem que haver fiscalização, é o dinheiro público que está em jogo. Felizmente eu estava com o meu querido amigo jornalista Raimundo Fernandes, que viu tudo aquilo. Estou preocupado, pois isso vou entrar com uma ação nos Ministérios Públicos Federal e Estadual, eu tenho que saber das coisas às claras, o povo precisa saber de onde saiu o dinheiro para pagar a MAV Engenharia e se essa Vetor vai ser punida.

(Sem revisão do orador)

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Luiz Calixto, concordo plenamente com o seu requerimento, o qual convoca o Coronel Romário Célio para dar explicações sobre a Polícia Militar. Isto, de certa maneira, está nos preocupando tendo em vista que a situação está se agravando. Ainda mais agora que o Major Whesley Rocha recebeu uma notificação, ao sair do hospital, de que deverá fazer um relatório dizendo

porque saiu em carreata pelas ruas de Rio Branco vestido com a roupa de educação física da Polícia Militar, contrariando os artigos 6, 9, 102, 103, do Decreto nº 286/84.

Isso já está se tornando uma coisa pessoal, Deputado Donald Fernandes. Até porque todos nós temos o direito de reespionar a quem quer que seja, principalmente quando aquela pessoa é um amigo querido. Inclusive, eu também fui reespioná-lo por entender que ele merecia, até pela própria injustiça que sofreu. Então, nós vamos ser penalizados por isso? E quando o Lula vier aqui? Como é que vai ser? Se alguém dizer que ele veio falar mentiras ou alguma outra coisa, será punido? Se o Senhor José Diroeu vier ao Estado, isso também poderá acontecer e seremos obrigados a responder, por não reespioná-lo?

Uma outra grande preocupação que eu trago aqui hoje é que se os Senhores abrirem a página nove e as seguintes do Diário Oficial vão encontrar quatro intimações, inclusive, irei citar aqui o caso do Senhor Neóricio Alves de Souza, que foi autuado no dia 9 de maio, porque estava queimando umas folhas que varreu lá no seu quintal. O Cantor Bezerra da Silva compôs uma música que fala de um cara que tinha semeado semente no fundo do quintal e nasceu um matagal. Mas aqui foi diferente, ele quis manter o seu quintal limpo, não para plantar erva ilegal, ele queria apenas manter a sua área limpa, talvez para os seus filhos ou netos brincarem. Mas essa brincadeira custou caro, pois devido ao excesso de zelo, por não ter recebido nenhuma orientação de como proceder, e porque a Sensus não fez o recolhimento do lixo naquela área, foi punido. E as castanheiras que foram serradas para fazer barrotes e tábuas? Para fazer cerca com madeira nobre ainda não deram nenhuma resposta, agora porque esse Senhor queimou as folhas do seu quintal, foi logo autuado.

Na rua onde eu moro o Lixo está alto, porque as pessoas varrem os seus quintais e colocam na beira da estrada e não tem nenhuma destinação para essa matéria, que poderia se transformar em matéria orgânica de boa qualidade. Caso tivesse uma área para as comunidades fazerem uma horta, essas folhas serviriam como adubo natural.

A ex-Ministra Marina Silva, recentemente, ganhou um prêmio pela conservação do meio ambiente, então, pergunte se ela vai dar um puxão de orelha no Prefeito pelas castanheiras que foram transformadas em cercas?

(Sem revisão do orador)

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de fazer o registro de um prêmio que a Senadora Marina recebeu no exterior. Isso é motivo de orgulho para o Acre e para a Amazônia. E muito mais do que isso, orgulha àqueles que sonham que os suprimentos naturais devem ser usados, por nós, de forma correta para que não deixemos as futuras gerações na escassez. Esse é o sonho, é a luta da Marina. Ela não é somente razão de orgulho para nós como também para a humanidade, mas ainda existem pessoas que preferem falar de castanheira, de folhas.

A questão da Estação de Tratamento de Esgoto, a qual o Deputado Donald levantou é justa, correta e oportuna. Realmente houve um erro na metragem da tubulação e o Governo determinou que a empresa substituísse, o que já está sendo feito sem nenhum prejuízo para os cofres públicos. Isso eu posso lhe garantir, pois as providências já foram tomadas.

Tratando-se de Polícia Militar eu já dizia, ontem, que era uma questão delicada. Considero que a não politização dessa situação por parte do Governo, esteja provocando essa onda de heroísmo. Essa é minha opinião e não vou deixar de externá-la. Quando assumi o papel de Líder do Governo na Assembleia Legislativa, deixei claro que jamais deixaria de lado as minhas convicções. Se o Governo não politizar esse debate, fica na situação de vitimização. Entendi que um oficial não pode ficar detido no mesmo local que fica o soldado. Então, se o discurso é que o Governo prioriza os Oficiais e os Coronéis, onde fica preso um Sargento?

Preocupou-me Senhor Presidente, uma informação da Associação dos Militares, de que o Major, que não tenho certeza do nome, talvez seja Whesley Rocha, havia sido preso como um soldado do Talibã, que o Exército Americano prende em Guantânamo; um bandido de alta periculosidade. Porém, ele tinha cara limpa, ar condicionado, televisão colorida e mesmo assim, ainda fez greve de fome. Fico pensando se todos os pobres do Brasil fossem presos, e fizessem greve de fome, imaginem como é que não seria.

O Governo e o Comandante da PM estão tentando tirar esse Major de uma casa oficial há um ano e não conseguem. Esta casa é paga com o dinheiro de nossos impostos e o Governador Binho quer transformá-la em creche para os filhos dos soldados, mas o oficial está morando nela. Falta o Governador politizar a situação, porém S. Eva. respeita as instituições e a Polícia Militar não vive mais o tempo do bilheteiro, em que um Deputado ou um Senador faziam o que queriam.

A Polícia Militar, hoje, é uma instituição independente e o Coronel Célio tem poder e o dever de resolver qualquer ato de indisciplina. Basta que baixe as medidas disciplinares e não haverá interferência política

ou do Governador. O Soldado ao cometer uma infração interna é preso. Temos casos de alguns policiais que foram presos, mas que ninguém ouviu.

O Coronel Célio, desde a semana retrasada, mandou prender vários policiais envolvidos em questões de gratificações do sistema prisional. São Sargentos que foram presos do mesmo jeito que o Major, mas que não foi dado nenhum destaque, não fizeram greve de fome e nem fizeram carreata. Estamos cumprindo a legislação que nós aprovamos. O povo do Acre elegeu os Deputados para serem seus representantes, portanto, se houver dentro da Corporação indisciplina, os autores serão, de fato, punidos. E quanto à questão salarial, continuaremos negociando e organizando para que a Polícia Militar tenha um bom salário e boas condições de trabalho. Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado TAUMATURGO LIMA (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, pessoas que se encontram no Salão do Povo, quero utilizar o Pequeno Expediente para fazer dois registros. O primeiro é me associar ao Líder do Partido dos Trabalhadores em relação ao prêmio que a nossa Senadora e ex-Ministra Marina Silva recebeu. O outro é sobre o Vale do Junú que se tornou um canteiro de obras com o início do verão.

Portanto, quero parabenizar a Senadora Marina Silva que recebeu esse importante prêmio internacional, o Sophie 2009, concedido pela Fundação Norueguesa Sophie em reconhecimento ao seu trabalho pela preservação do meio ambiente e pelo desenvolvimento sustentável.

A Senadora afirmou que está mais do que na hora do Brasil defender uma meta global para emissão de gás carbônico na atmosfera para 2020, 2030 e 2050 e esse prêmio não só engrandece nossa querida Senadora, como também o Estado do Acre e todo Brasil.

Deputada Perpétua de Sá, mesmo tendo sido um período rigoroso de chuvas desde o final do ano passado, a equipe do Executivo vem trabalhando com empenho na abertura e recuperação de ramais na região do Vale do Junú, que virou um canteiro de obras. Nesse verão iniciaremos a reforma da Avenida Mâncio Lima, em Cruzeiro do Sul, que está em péssimo estado causando vários transtornos à população. Em seguida construiremos uma ponte que irá trazer grandes benefícios para aquela comunidade.

Outra obra de grande relevância que temos no Vale do Junú é a reforma do antigo Hospital Geral de Cruzeiro do Sul que irá ser transformado em maternidade, além de outras ações que estão sendo realizadas pelo Governo nos municípios vizinhos, como a conclusão da avenida Japiim no Município de Mâncio Lima e da Avenida Mâncio Lima, na cidade de Cruzeiro do Sul.

Nessa programação do Governo estão inclusas a operação tapa buraco e a recuperação da BR até o Rio Liberdade. Portanto, quero parabenizar o Governador Arnóbio Marques e a sua equipe, como também o Diretor Marcos Alexandre do Deracre, pelo carinho e preocupação que estão tendo com a região do Vale do Junú e com todo o Estado do Acre.

(Sem revisão do orador)

Deputado DELORGE M CAMPOS (Líder do PSB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, público visitante, nós queremos, neste momento como Líder do PSB no Acre externar nossas congratulações à Senadora Marina Silva por mais esse prêmio recebido na Noruega, o Sophie 2009.

Como Parlamentar e cidadão acriano continuaremos a defender essa Senhora. Temos observado, não sabemos se por mal ou por bem, mas estão querendo transformar a Senadora Marina Silva num mito, e isso tem dois vieses: os que se põem a Senadora que proibiu as queimadas e que a Álcool Verde funcionasse, e tem aqueles que, sem querer, fazem uma maldade, enaltecendo demais essa mulher que é uma pessoa humilde, nascida num seringal, foi alfabetizada aos 14 anos de idade e está tendo uma trajetória política cheia de êxito.

O que se comenta sobre a Senadora Marina é outro departamento, mas a essa acriana, nós do Partido Socialista Brasileiro, externamos nossos parabéns e as nossas congratulações.

Senhor Presidente, os Nobres Deputados que participaram da conferência da Unale sabem muito bem do que vou falar. Uma coisa é ver os atores da Globo, Victor Razao, Cristiane Torilloni e outros criarem ONGs e piratearem as nossas essências, os nossos produtos florestais e defenderem a floresta. Mas quem é que vai cuidar do homem nativo, daquele que está dentro da floresta? É esse sensacionalismo barato que não podemos aceitar, nós amazônidas e o povo do Acre devemos acordar para esse tipo de coisa.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Convidamos os Senhores Deputados e Deputadas, membros integrantes das Comissões de Constituição de Justiça, Orçamento e Finanças, Serviços Públicos, para apreciarem a Matéria que entrará na Ordem do Dia.

Está suspensa a presente Sessão. (PAUSA)

Reabertos os trabalhos, em função do horário regimental, consideramos prejudicado o Grande Expediente.

ORDEM DO DIA

(Não houve Matéria a ser apreciada).

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Não havendo oradores inscritos, encerramos a presente Sessão Ordinária e convocamos uma Extraordinária para às 13h5min.

27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 18 de junho de 2009
Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá, Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do BPR; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB; Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do PSB; Elson Santiago, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Calixto, do PSL.

AUSENTE: Deputado José Luis, do PMN.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 8/2009, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que "Dispõe sobre o adiamento de feriados".

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Comunicamos ao plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos outra para cinco minutos após o término desta.

28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 18 de junho de 2009
Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá, Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do PT; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do BPR; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB; Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do PSB; Elson Santiago, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Calixto, do PSL.

AUSENTE: Deputado José Luis, do PMN.

Aberta a presente Sessão Extraordinária, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 8/2009, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que "Dispõe sobre o adiamento de feriados".

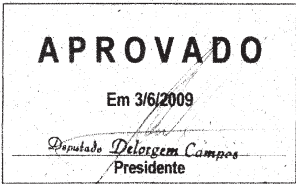
Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 22 votos.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria irá à Sanção Governamental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão Extraordinária e convocamos uma Ordinária para dia e hora regimental.

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES
LEGISLATIVAS



PARECER N. 9/2009
PROJETO DE LEI N. 14/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e a abrir créditos adicionais especiais e suplementares, para o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – Fase IV."

RELATOR: Deputado MOISÉS DINIZ

I – RELATÓRIO

Com amparo regimental no art. 65, da Resolução n. 86/90 – Regimento Interno desta Casa Legislativa. É submetido à apreciação das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e Orçamento e Finanças, por intermédio da Mensagem n. 399, de 2 de junho de 2009, solicitando a autorização para contratar operação de crédito, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e abrir créditos adicionais, para o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – Fase IV, acompanhado de exposição de motivos assinada pelo Secretário de Estado de Planejamento, Engenheiro Gilberto do Carmo Lopes Siqueira.

A operação de crédito advém da oportunidade da Administração fortalecer financeiramente, através de uma contratação de empréstimos de Instituição Financeira Federal, para aperfeiçoar trabalhos e possibilitar a continuidade de projetos do Poder Público, incluindo contrapartida Estadual, já enquadrada até o montante de R\$ 147.582.780,00 (cento e quarenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta reais), que tem como objetivo financiar o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável – PIDS, do Estado do Acre – Fase IV.

Constam do processo a Exposição de Motivos do Secretário de Estado de Planejamento, EM n. 11/2009, de 2 de junho de 2009, referente à operação de crédito proposta no limite, com o objetivo de estimular setores produtivos e levar benefícios sociais a toda população do Acre, por meio de investimentos complementares aos Programas: PIDS Fase III/BNDES, PAC e PRONASCI.

II – ANÁLISE

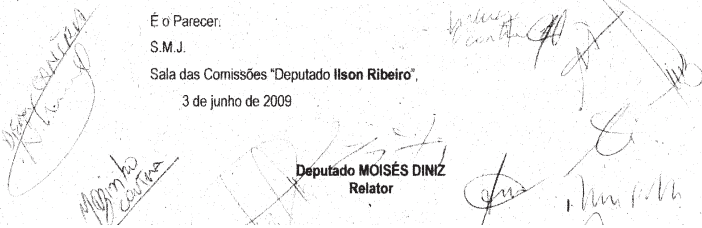
As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estão sujeitas à observância das condições e exigências estipuladas das disposições constantes da Lei n. 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Após análise da propositura, nota-se um grande avanço do Poder Público, no sentido de alavancar o desenvolvimento sustentável do Estado do Acre com abertura de crédito adicional especial junto ao BNDES.

Em relação à previsão orçamentária, a Lei n. 2.093, de 11 de dezembro de 2008, relativa ao orçamento do Estado para 2009, contempla contratar a operação de crédito em tela e a oferecer em contra garantia prevista nos arts. 156, 157, e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal.

III – PARECER

Em vista do exposto, somos favoráveis à autorização para a contratação da operação de crédito pretendida, pelo chefe do poder executivo, com amparo no inciso II do art. 41 da Lei n. 4.320/64; e inciso I do art. 32, da Lei Complementar n. 101/2000; Lei n. 2.093, de 11 de dezembro de 2008, portanto, estando a proposição resguardada com os ditames constitucionais, legais e orçamentários e não havendo assim, nenhum óbice somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 14/2009, respeitando os demais membros destas comissões e do Plenário deste Parlamento.



III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ (BPR)**

VICE-PRESIDENTE: Deputado **LUIZ GONZAGA (PSDB)**

TITULARES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)
LUIZ CALIXTO (Sem Partido)
DELORGE CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
DONALD FERNANDES (PSDB)
HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ (BPR)**

VICE-PRESIDENTE: Deputado **NOGUEIRA LIMA (DEM)**

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ CARLOS (PTN)
DONALD FERNANDES (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
DELORGE CAMPOS (PSB)

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado **DELORGE CAMPOS (PSB)**

VICE-PRESIDENTE: Deputado **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**

TITULARES:

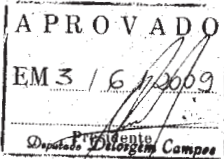
Deputados:

HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
MAZINHO SERAFIM (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

LUIZ CALIXTO (sem partido)
NEY AMORIM (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
JOSÉ CARLOS (PTN)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



RELATOR: Deputado **DELORGE CAMPOS**

I – RELATÓRIO

Em conformidade com as diretrizes constitucionais, insere no § 1º incisos III, e VI, do art.

PARECER N. 10 /2009

PROJETO DE LEI N. 13/2009

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., e a abrir créditos adicionais, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal – PEF".

54, da Carta Política Acreana, o chefe do executivo encaminha a esta Corte Legislativa a proposição supracitada, para análise e ao final receber parecer de mérito das Comissões Conjuntas de Constituição, Justiça e Redação, de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, para apreciar o projeto de lei referenciado nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Compete-nos a análise da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos do art. 24, § 1º IV, XII, XIII; § 2º V, do Regimento Interno.

A presente proposição objetiva autorizar o poder executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e a abrir créditos adicionais, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento – PEF.

Aduz o Chefe do Executivo na mensagem que encaminha:

A iniciativa da atual proposição advém da oportunidade desta Administração fortalecer-se financeiramente, com contratação de empréstimo de Instituição Financeira Federal, para resguardar o bom funcionamento das atividades do Poder Público acreano diante dos impactos da atual crise econômica internacional.

O Banco do Brasil S.A. poderá disponibilizar em favor do Estado do Acre operação de crédito, até o montante de R\$ 136.840.000,00 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e quarenta mil reais), nos termos da Resolução 3.716, do Banco Central do Brasil, de 17 de abril de 2009.

O Programa Emergencial de Financiamento – PEF será o responsável pela operacionalização da referida concessão de crédito, que tem como objetivo maior apoiar os Estados e o Distrito Federal, mediante concessão de colaboração financeira voltada a viabilizar despesas de capital constantes do orçamento anual.

Por outro lado, a atual crise econômica internacional desencadeia a necessidade da União reorganizar temporariamente as finanças nacionais, implicando na redução dos repasses constitucionais para os Estados e Municípios.

Em nosso Estado, por exemplo, estima-se que até o final de 2009, haverá uma diminuição de mais de R\$ 120,00 (cento e vinte milhões) dos recursos previstos do Fundo de Participação dos Estados – FPE, comprometendo então, a capacidade do Tesouro Estadual em garantir a contrapartida dos Programas Estruturantes e Projetos Prioritários do Governo do Estado do Acre.

Por tanto, a possibilidade de realização desse empréstimo é muito importante para todos os estados da Federação, principalmente para o Estado do Acre que vivencia momento de importante crescimento econômico e administrativo dentro do conjunto político nacional.

Dessa maneira, e pelas razões aqui expostas, o Estado do Acre envia à apreciação dessa Augusta Casa, o Projeto de Lei, que "Autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. e a abrir créditos adicionais, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento – PEF", considerando a oportunidade desta Administração fortalecer-se financeiramente, com contratação de empréstimo, para resguardar o bom funcionamento das atividades do Poder Público acreano diante dos impactos da atual crise econômica internacional.

Após análise da proposição em epígrafe, nota-se um esforço do Poder Público, contratando operação de crédito, com o intuito de incrementar o desenvolvimento do Estado. Tal iniciativa leva-o pedir autorização para abertura de crédito adicional especial que será exclusivamente para atender despesas de capital. Salientando-se, no entanto, que o Chefe do Poder Executivo já dispõe de previsão e autorização nas Leis ns. 2014/08 – LD0, 2.093/08 – LOA, apoio no § 1º art. 60 da Lei Federal n. 4.320/1964, e I do art. 32 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, respectivamente. Podendo assim, abrir créditos adicionais, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e Distrito Federal. Estando o referido Projeto de acordo com os ditames constitucionais, não havendo assim, nenhum obstáculo à sua aprovação.

Nesta ordem e estando consolidada ao comando constitucional a competência reservada ao Chefe do Poder Executivo para propor a matéria em tela, é imperativo reconhecer que a proposição desta norma legal está em perfeita simetria com o ordenamento jurídico-constitucional vigente.

II - PARECER

A matéria em exame tem esteio constitucional, na medida em que respeita os dispositivos inseridos na Carta Magna Estadual, é legítima a iniciativa pelo Poder Executivo as leis que disponham sobre sua organização administrativa; criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgão do Poder Executivo, elencados no art. 54, § 1º, III e VI; por consequência, iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos da Constituição.

No tocante à juridicidade também não vislumbramos obstáculos, porquanto a proposição guarda consonância com os princípios informadores do nosso ordenamento jurídico.

No mérito, a Lei advém da necessidade de autorizar ao Poder Executivo, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o montante de R\$ 136.840.000,00 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e quarenta mil reais) de acordo com a Resolução n. 3.716, de 17 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, que autoriza a contratação de empréstimos em moeda pelos Estados e Distrito Federal por instituições financeiras federais, e as demais disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito.

Ressalte-se que os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na viabilização de despesas de capital, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes ou dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente, em consonância com o I do art. 32 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito ficam o Banco do Brasil S. A. autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no

contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Estado, ou, na falta de recursos suficientes nessa conta, em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, e por final, fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas nos termos do §1º, do art. 60, da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Em face às razões acima expendidas, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, pela sintonia com as disposições financeiras e orçamentárias vigentes e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n. 13/2009, e conseqüente **APROVAÇÃO**, respeitando, todavia, a decisão do soberano Plenário deste Parlamento.

É o Parecer
S.M.J

Sala das Comissões "Deputado Ison Ribeiro",
2 de junho de 2009

Deputado **DELOGEM CAMPOS**
Relator

Moisés Diniz

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ (BPR)**
VICE-PRESIDENTE: Deputado **LUIZ GONZAGA (PSDB)**

TITULARES:
Deputados:
NEY AMORIM (PT)
LUIZ CALIXTO (Sem Partido)
DELOGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:
Deputados:
PERPÉTUA DE SÁ (PT)
DONALD FERNANDES (PSDB)
HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ (BPR)**
VICE-PRESIDENTE: Deputado **NOGUEIRA LIMA (DEM)**

TITULARES:
Deputados:
FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ CARLOS (PTN)
DONALD FERNANDES (PSDB)

SUPLENTES:
Deputados:
PERPÉTUA DE SÁ (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
DELOGEM CAMPOS (PSB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **DELOGEM CAMPOS (PSB)**
VICE-PRESIDENTE: Deputado **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**

TITULARES:	
Deputados:	
HELDER PAIVA (BPR)	
FRANCISCO VIGA (PT)	
MAZINHO SERAFIM (PSDB)	
SUPLENTES:	
Deputados:	
LUIZ CALIXTO (sem partido)	
NEY AMORIM (PT)	
MOISÉS DINIZ (BPR)	
JOSÉ CARLOS (PTN)	
LUIZ GONZAGA (PSDB)	

Ata da sexta reunião das Comissões de
Constituição, Justiça e Redação, e Orçamento e
Finanças realizada em 6 de maio de 2009

PRESIDÊNCIA: Deputado **DELOGEM CAMPOS**

Às onze horas e quarenta e nove minutos, sob a Presidência do Deputado **DELOGEM CAMPOS (PSB)**, de acordo com o disposto no art. 65 do Regimento Interno desta Casa, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: **DELOGEM CAMPOS (PSB)**, **LUIZ GONZAGA (PSDB)**, **NEY AMORIM (PT)**, **MOISÉS DINIZ (BPR)**, **LUIZ CALIXTO (sem partido)**; da Comissão de Orçamento e Finanças: **DELOGEM CAMPOS (PSB)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**, **HELDER PAIVA (BPR)**, **FRANCISCO VIGA (PT)** e **MAZINHO SERAFIM (PSDB)**, bem como os Deputados Edvaldo Magalhães, Antônia Sales, Taumaturgo Lima, Donald Fernandes, Idalina Onofre, Nogueira Lima, e José Luis, objetivando proceder a distribuição do Projeto de Lei n. **10/2009**, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA nos casos que especifica", cuja relatoria ficou com o Deputado Ney Amorim. Após discussão, foi acordado entre os presentes que a Comissão convidaria o Secretário de Estado da Fazenda, para melhor explicar a matéria analisada. Em seguida, foi interrompida a reunião pelo tempo necessário para o aguardo do Secretário. Reaberta a reunião o Sr. Mâncio Lima Cordeiro, Secretário de Estado da Fazenda, expôs os benefícios que advêm para auxiliar a população acreana na prevenção de eventuais efeitos da crise econômica mundial, proporcionando o consumo e mantendo aquecido o mercado de venda de veículos deste Estado, sendo questionado pelo Deputado Luis Calixto sobre o art. 2º do Projeto que, segundo ele, a redação não deixava claro que os veículos teriam que ser adquiridos no Estado do Acre, sugerindo, então, que fosse feito uma emenda para fazer essa correção. Ato seqüente, o presidente interrompeu a reunião para que o Relator emitisse seu Parecer. Reabrindo a reunião o relator expôs seu parecer que, colocado em discussão e votação, foi aprovado juntamente com a Emenda Modificativa de n. 2/2009, que em seguida foi encaminhado à Mesa Diretora pela Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, para constar, eu, **Doricélia Taumaturgo da Silva**, Coordenadora, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da sétima reunião das Comissões de
Constituição, Justiça e Redação, e Orçamento e
Finanças realizada em 13 de maio de 2009

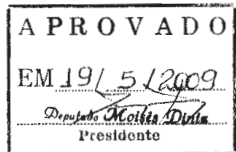
PRESIDÊNCIA: Deputado **DELOGEM CAMPOS**

Às nove horas e quarenta e cinquenta minutos, sob a Presidência do Deputado **DELOGEM CAMPOS (PSB)**, de acordo com o art. 65 do Regimento Interno desta Casa, reuniram-se conjuntamente os Deputados membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: **MOISÉS DINIZ (BPR)**, **DELOGEM CAMPOS (PSB)**, **NEY AMORIM (PT)**, **LUIZ CALIXTO (sem partido)**; Comissão de Orçamento e Finanças: **DELOGEM CAMPOS (PSB)**, **HELDER PAIVA (BPR)**, e **NEY AMORIM (PT)**, este último em substituição ao Deputado Francisco Viga (PT). Aberta a reunião, o Presidente procedeu a distribuição do Projeto de Lei n. **11/2009**, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera dispositivos da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004", ao Deputado Helder Paiva. Ato seqüente, a Presidência interrompeu a reunião para que o Relator emitisse seu Parecer. Reaberta a reunião e colocado em discussão e votação, foi o mesmo unanimemente aprovado e posteriormente encaminhado pela Subsecretaria de Atividades Legislativas à Mesa Diretora. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, **Doricélia Taumaturgo da Silva**, Coordenadora da Comissão, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da oitava reunião das Comissões de Constituição,
Justiça e Redação, Serviço Público, Trabalho, Segurança
Pública e Municipalismo e Orçamento e Finanças

PRESIDÊNCIA: Deputado **DELORGEM CAMPOS**

As onze horas e quarenta e nove minutos, sob a Presidência do Deputado **DELORGEM CAMPOS (PT)**, de acordo com o disposto no art. 65 do Regimento Interno desta Casa, reuniram-se os membros das Comissões de Constituição, Justiça e Redação: **DELORGEM CAMPOS (PSB)**, **LUIZ GONZAGA (PSDB)**, **NEY AMORIM (PT)**, **MOISÉS DINIZ (BPR)**, **LUIZ CALIXTO (Sem partido)**; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo: **MOISÉS DINIZ (BPR)**, **NOGUEIRA LIMA (DEM)**, **JOSÉ CARLOS (PTN)**, **DONALD FERNANDES (PSDB)**; e Orçamento e Finanças: **DELORGEM CAMPOS (PSB)**, **CHAGAS ROMÃO (PMDB)** e **MAZINHO SERAFIM (PSDB)**, bem como os Deputados **Edvaldo Magalhães**, **Idalina Onofre** e **Taumaturgo Lima**; os Defensores **Dion Nobrega Leal**, **Valdir Perazzo Leite**, **Gerson Boaventura de Souza**, **José Carlos Rodrigues dos Santos**, **Gilliard Silva de Souza**, **Assessor Jurídico da Defensoria Pública** e **Paulo Henrique Cerqueira de Oliveira**, aposentado. Iniciada a reunião o Senhor Presidente informou aos presentes que se encontrava em pauta para distribuição o Projeto de Lei Complementar n. 3/2009, de autoria do Poder Executivo, que "Altera o anexo I, da Lei Complementar n. 184, de 30 de junho de 2008", comunicando, ainda que, dada à necessidade em apreciar a matéria, a reunião seria suspensa pelo tempo necessário para emissão do parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer favorável submetido a discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade e, em seguida, encaminhado à Mesa diretora, através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Marcelo Maia Aranha, *Marcelo Y. Aranha* coordenador, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.



PARECER N. 14/2009
PROJETO DE LEI N. 3/2009
AUTORIA: Deputado CHAGAS ROMÃO
EMENTA: "Institui o Dia Estadual da Ordem do DeMoley."

RELATOR: Deputado **MOISÉS DINIZ**

I – RELATÓRIO

Nos termos do art. 24 da Resolução n 86/90 - Regimento Interno desta Casa Legislativa, tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o Projeto de Lei n. 3/2009 acima ementado, de autoria do Deputado Chagas Romão, que por distribuição, coube-me a relatoria.

Em fevereiro de 1919, nove jovens com aproximadamente dezesseis anos de idade se reuniram em um templo maçônico no Estado de Missouri, nos Estados Unidos da América, e ali começava o incrível trabalho da Ordem DeMoley que forma milhões de líderes, pelo mundo todo, baseando-se nas virtudes do amor filial, reverencia pelas coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo.

A presente proposição traz no seu bojo o reconhecimento da importância da Ordem do DeMoley que tem dois aspectos fundamentais e de grande importância na sociedade contemporânea: a luta pela manutenção das Escolas Pública – base essencial para qualquer desenvolvimento posterior, e a promessa da construção de um novo mundo com o melhor preparo de nossa juventude, que um dia assumira o comando de todas as atividades.

A proposição em tela tem o intuito de reconhecer o esforço e dedicação desses jovens da Ordem DeMoley em prol da sociedade brasileira e incentivo ao engajamento político e social da juventude, é salutar a homenagem feita através da presente proposição.

Verifica-se que o projeto de lei proposto pelo nobre parlamentar é indubitavelmente louvável, uma vez que reconhece a importância de homenagear a Ordem DeMoley reconhecendo assim a importante contribuição prestada a sociedade Acreana de seus serviços sociais.

II – PARECER

A luz do exposto e tendo em vista o largo alcance social de que se reveste a proposição n. 3/2009, e no tocante a sua admissibilidade, esta fulcrada no art. 54, *caput* da Carta Política Acreana, desta forma opino pela **APROVACAO** da matéria que tem como objetivo "Instituir o dia Estadual da Ordem do DeMoley". Respeitando, contudo, a dought decision dos demais membros destas comissões e do Soberano Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões "Deputado Ison Ribeiro",
19 de maio de 2009

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ (BPR)**

VICE-PRESIDENTE: Deputado **LUIZ GONZAGA (PSDB)**

TITULARES:

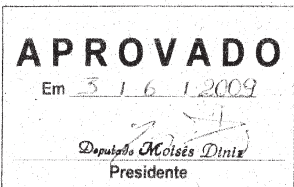
Deputados:

NEY AMORIM (PT)
LUIZ CALIXTO (Sem Partido)
DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
DONALD FERNANDES (PSDB)
HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)



PROJETO DE LEI N. 13/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

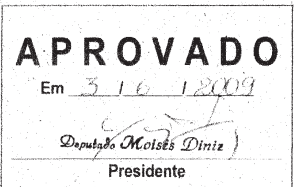
EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., e a abrir créditos adicionais, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal – PEF."

PARECER N. 16/2009
REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 13/2009, de autoria do Poder Executivo, que: "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., e a abrir créditos adicionais, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal – PEF."

Sala das Comissões "Deputado Ison Ribeiro"
3 de junho de 2009

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator



PROJETO DE LEI N. 13/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., e a abrir créditos adicionais, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal – PEF."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o montante de R\$ 136.840.000,00 (cento e trinta e seis milhões, oitocentos e quarenta mil reais) de acordo com a Resolução n. 3.716, de 17 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, que autoriza a contratação de empréstimos em moeda pelos Estados e Distrito Federal por instituições financeiras federais, e as demais disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no *caput* deste artigo serão obrigatoriamente aplicados na viabilização de despesas de capital, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes ou dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Estado, ou, na falta de recursos suficientes nessa conta, em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º No caso de os recursos do Estado não serem depositados no Banco do Brasil S.A., fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil S.A., nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput*.

§ 2º Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais especiais e suplementares, em qualquer tempo, com cobertura no produto das operações e nos limites mencionados nesta lei, destinados a atender despesas decorrentes do Programa.

Art. 5º O Poder Executivo deverá incluir nos vigentes Plano Plurianual - PPA e Orçamento Geral do Estado - OGE e nos Planos Plurianuais e Orçamentos Gerais do Estado subsequentes, dotações orçamentárias indispensáveis a cobertura das responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da operação de crédito de que trata o art. 1º, *caput*, desta lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro"
3 de junho de 2009

Deputado **MOISÉS DINIZ**
Relator

APROVADO
Em 3 1 6 1 2 0 0 9
Deputado Moisés Diniz
Presidente

EMENDA DE REDAÇÃO N. 1/2009

O art. 5º do Projeto de Lei n. 13, de 2 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Poder Executivo deverá incluir nos vigentes e subsequentes Plano Plurianual - PPA e Orçamento Geral do Estado - OGE, dotações orçamentárias indispensáveis a cobertura das responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da operação de crédito de que trata o art. 1º, *caput*, desta lei."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro"
3 de junho de 2009

Deputado **MOISÉS DINIZ**

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado **LUIZ GONZAGA** (PSDB)

TITULARES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)
LUIZ CALIXTO (Sem Partido)
DELOGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
DONALD FERNANDES (PSDB)
HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO
Em 3 1 6 1 2 0 0 9
Deputado Moisés Diniz
Presidente

PARECER N. 17/2009
REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 14/2009, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e a abrir créditos adicionais especiais e suplementares, para o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - Fase IV."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro"
3 de junho de 2009

Deputado **NEY AMORIM**
Relator

APROVADO
Em 3 1 6 1 2 0 0 9
Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 14/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e a abrir créditos adicionais especiais e suplementares, para o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - Fase IV."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o montante de R\$ 147.582.780,00 (cento e quarenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta reais), a serem aplicados na execução de programas de desenvolvimento social e econômico nas áreas de infra-estrutura urbana e habitação de interesse social, saúde e saneamento, segurança pública e fortalecimento institucional, que fazem parte do programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - Fase IV.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no *caput* serão obrigatoriamente aplicados na viabilização de despesas de capital, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes ou dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º O Poder Executivo está autorizado a vincular em garantia da operação de crédito referida no art. 1º, *caput*, desta lei, as receitas próprias decorrentes do art. 155 e as receitas provenientes dos arts. 157 e 159, nos termos do § 4º, do art. 167, todos da Constituição Federal, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos decorrentes desta lei.

Art. 3º O Poder Executivo deverá incluir nos vigentes e subsequentes Planos Plurianuais - PPA e Orçamentos Gerais do Estado - OGE, dotações orçamentárias indispensáveis a cobertura das responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da operação de crédito de que trata o art. 1º, *caput*, desta lei.

Art. 4º Fica Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais especiais e suplementares, em qualquer tempo, com cobertura no produto das operações e nos limites mencionados nesta lei, destinados a atender despesas decorrentes do Programa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro"

3 de junho de 2009

Deputado NEY AMORIM

Relator

APROVADO

Em

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 14/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e a abrir créditos adicionais especiais e suplementares, para o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – Fase IV."

EMENDA DE REDAÇÃO N. 2/2009

O art. 3º do Projeto de Lei n. 14, de 2 de junho de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Poder Executivo deverá incluir nos vigentes e subseqüentes Planos Plurianuais - PPA e Orçamentos Gerais do Estado – OGE, dotações orçamentárias indispensáveis a cobertura das responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da operação de crédito de que trata o art. 1º, caput, desta lei."

Sala das Comissões "Deputado Ison Ribeiro"

3 de junho de 2009

Deputado NEY AMORIM

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado LUIZ GONZAGA (PSDB)

TITULARES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)

LUIZ CALIXTO (Sem Partido)

DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)

DONALD FERNANDES (PSDB)

HELDER PAIVA (BPR)

FRANCISCO VIGA (PT)

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

CONVOCAÇÃO

Convocamos os membros desta Comissão para participarem de uma reunião que será realizada no dia 3 de junho de 2009, às 11h, na sala de Reuniões II, com o objetivo de discutir juntamente com os representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE, da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, a situação das famílias isoladas e em conflito no Seringal Caçula, região de divisa entre o Acre e o Amazonas.

Sala das Comissões "Deputado Ison Ribeiro"
2 de junho de 2009

Deputado HELDER PAIVA
Presidente

TITULARES:

Deputados:

GILBERTO DINIZ (PT do B)
MERLA ALBUQUERQUE (PT)
JOSÉ CARLOS (PTN)
MARIA ANTÔNIA (PP)

SUPLENTE:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
NEY AMORIM (PT)
PERPÉTUA DE SÁ (PT)
JOSÉ LUIS (PMN)

Ata da quinta reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, realizada em 18 de março de 2009

PRESIDÊNCIA: Deputado MOISÉS DINIZ

Às nove horas e trinta e dois minutos, sob a Presidência do Deputado MOISÉS DINIZ (BPR), presentes os Deputados NEY AMORIM (PT), LUIZ CALIXTO (sem partido), e DELORGEM CAMPOS (PSB), foi aberta a reunião com a finalidade de distribuir o Projeto de Lei n. 6/2009, autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a realizar cessão de uso de imóveis urbanos de propriedade do Estado do Acre ao Banco do Brasil S/A", o qual a presidência tomou para si a relatoria. Em seguida o Presidente interrompeu a reunião pelo tempo necessário para a emissão de seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, momento em que foi encaminhado à Mesa Diretora através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Doricélia Taumaturgo da Silva, Coordenadora da Comissão, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da décima primeira reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, realizada em 19 de maio de 2009

PRESIDÊNCIA: Deputado MOISÉS DINIZ

Às nove horas e quarenta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado MOISÉS DINIZ (BPR), presentes os Deputados NEY AMORIM (PT), LUIZ CALIXTO (sem partido), e DELORGEM CAMPOS (PSB), e LUIZ GONZAGA (PSDB), foi aberta a reunião com a finalidade de distribuir o Projeto de Lei n. 3/2009, autoria do Deputado Chagas Romão, que "Institui o Dia Estadual da Ordem do DeMoley", o qual a presidência tomou para si a relatoria. Em seguida o Presidente interrompeu a reunião pelo tempo necessário para a emissão de seu Parecer. Reabertos os trabalhos, foi o parecer colocado em discussão e votação e aprovado por unanimidade, momento em que foi encaminhado à Mesa Diretora através da Subsecretaria de Atividades Legislativas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Doricélia Taumaturgo da Silva, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO
DO ESTADO DO ACRE
Editado pela:
Subsecretaria de Rblicidade e
Comunicação Social
Diretor Responsável:
João Roberto Braña Bezerra
Inscrição 13198
Coordenadora de Redação e Revisão
de Atas:
Juscelina Barbosa Pinheiro
Apoio:
Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.